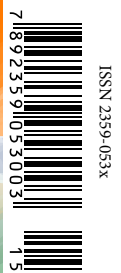


ANO 2 - NÚMERO 15 - JANEIRO 2016

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 9⁹⁰



A PAZ DE QUE O MUNDO PRECISA

ECOLOGIA
COP 21
PARIS - RESULTADOS

p. 18

ECOTURISMO
PARQUE NACIONAL
DA SERRA DA CAPIVARA

p. 32

MEMÓRIA
DICA:
SANTA, ILUMINADA OU BRUXA

p. 40

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto, em Obra Completa, Nova Aguilar, 1999.

Feliz 2016!



Mensagens pra Xapuri

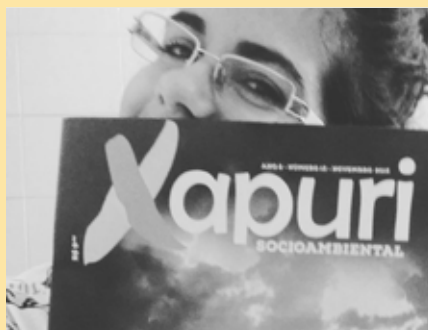


Esses dias eu estava em uma emergência de um Hospital aguardando atendimento, era madrugada, fazia frio... Olhei para o lado e vi uma revista. A capa, os temas e o material me chamaram a atenção, e não foi em vão. Gostei muito da Xapuri, confisquei a revista e passei a seguir vocês! Parabéns pelo trabalho! **Hélio Prego, funcionário público. Goiânia – Goiás.**



Revista linda, conteúdo inteligente! Parabéns, equipe Xapuri! **Janaina Faustino, gestora ambiental. Formosa – Goiás**

Desejei compartilhar o conteúdo de qualidade que recebo mensalmente através da revista Xapuri com mais pessoas além da minha família, por isso tenho doado meus exemplares para a Biblioteca do Senac Campinas, que disponibiliza a revista para consulta dos alunos dos cursos livres, técnicos e de pós-graduação nas áreas de Meio Ambiente e Comunidade. Minha doação é cuidada por Tarciana Migotto (foto), bibliotecária da Unidade. **Eduardo Vilas Boas (@eduvilasboas), docente de moda. Campinas – São Paulo.**



Uma alegria sem tamanho me chegou pelo Correio! Gratidão imensa pelo carinho, pessoal da @revistaxapuri. **Bárbara Santos, estudante. Brasília – Distrito Federal.**

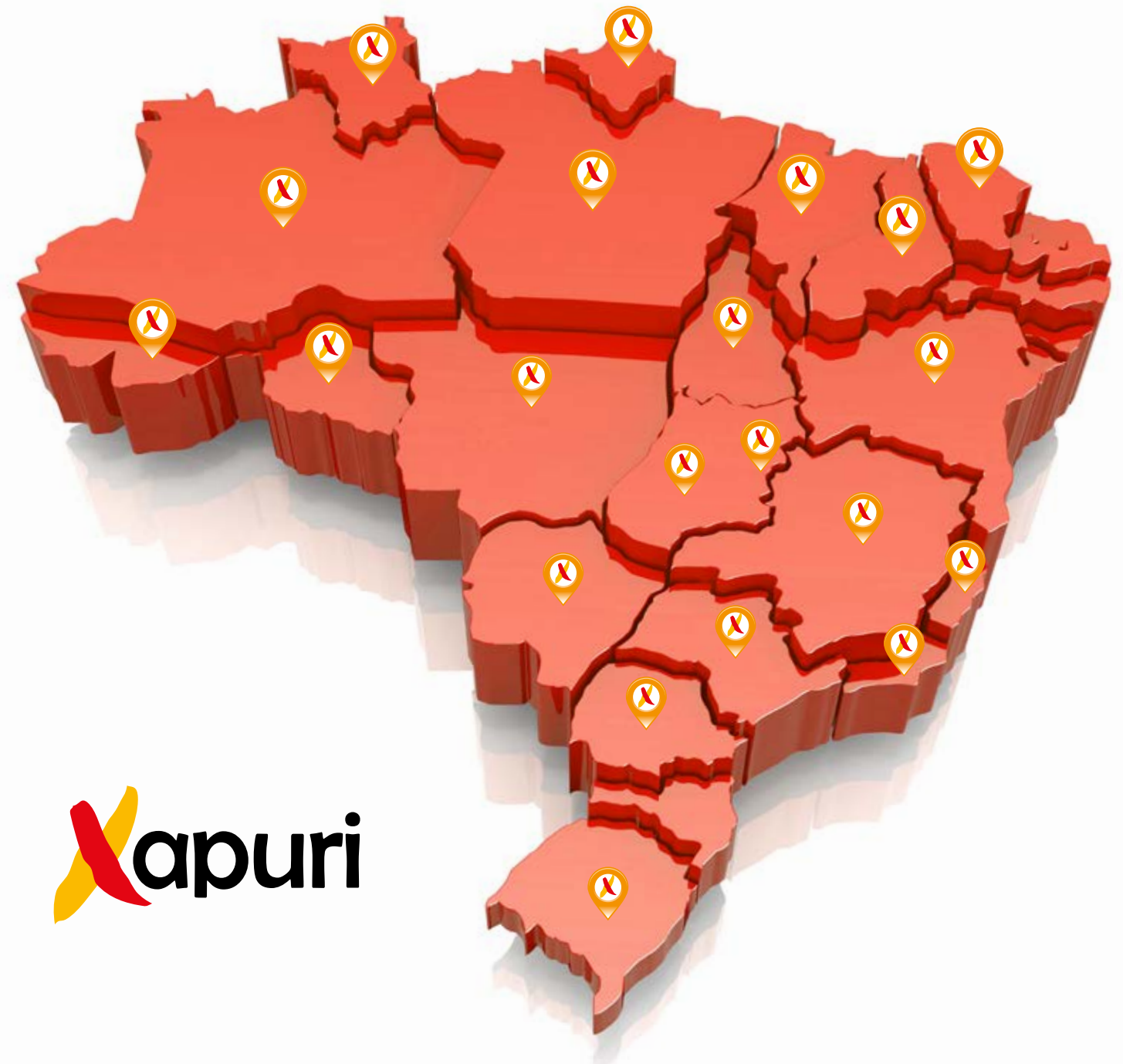


Eee, minha pintura saiu na @revistaxapuri. Agradeço, galera. A revista está muito boa, parabéns! **Ana Flávia Silvestre (@flavinhasilvestre), artista plástica. Brasília – Distrito Federal.**

Quero parabenizar essa encantadora revista! Ainda que um assunto muito triste como Bento Rodrigues, só mesmo com a sensibilidade da Xapuri para se ter uma matéria tão esclarecedora. Vocês se superaram! **Maria Helena Schuster, comunicóloga. Brasília – Distrito Federal.**

contato@xapuri.info

POR ONDE ANDA A



Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura, faz a Xapuri continuar acontecendo!

**ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES**

R\$ 95,00

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

A realidade socioambiental do planeta em que vivemos tem mudado um bocado, mas pra pior, infelizmente. Isso, contudo, serve como reforço às ideias, conceitos, pregações e ações na busca pelo desenvolvimento sustentável em plena sintonia com a justiça social.

É falsa a pregação de que pra proteger o meio ambiente você precisa ser rico. Você teria que primeiro acumular riqueza e, só depois, cuidar da casa onde vive, do bem-estar social, da paz entre as pessoas e os povos.

Essa concepção equivocada, mentirosa até, vem especialmente dos grandes grupos econômicos e dos países ricos. Difundem a visão de que pregar a harmonia entre os seres humanos e deles com a Natureza seria uma visão holística do mundo.

Algo ultrapassado, pois, diante de uma chamada modernidade que nos é imposta pelo modelo econômico e social predominante. E, como agravante, o consumismo e o individualismo, predadores contumazes, ganham espaço dia a dia.

Nas relações interpessoais e mesmo intrafamiliares parece crescer um sentimento de competição, de conflitos. Nos fóruns internacionais e campos de batalhas, de igual modo, as disputas de cunho político e econômico, ou pelo domínio de territórios e recursos naturais, inclusive água, causam embates entre estados soberanos e blocos de nações.

Em sua matéria de capa e na participação de colaboradores, a Xapuri nº 15 acende uma pequena lamparina na tentativa de despertar sensibilidades sobre um tema singelo: o amor pela Paz. E traz, ao mesmo tempo, farto material sobre assuntos que geram alegrias e esperanças, como a lenda do boto cor-de-rosa ou novas dicas de passeios turísticos e manifestações artísticas e culturais.

Trata, também, da Nova Ortografia da Língua Portuguesa, que agora é de uso obrigatório, por lei, e da fala grossa dos flanelinhas, autoridades máximas dos estacionamentos no Distrito Federal.

São apenas alguns exemplos, pois tem muito mais o que apreciar nesta nossa primeira edição de 2016.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!



“ Porque todo tamarindo tem o seu agosto azedo
Cedo, antes que o janeiro doce manga venha ser também
(...)
Refazendo tudo
Refazenda
Refazenda toda
Guariroba... ”

Gilberto Gil – Refazenda, 1975.

COLABORADORES/COLABORADORAS JANEIRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo e Antropólogo; **Anderson Blaine** – Web Designer; **Antenor Pinheiro** – Jornalista; **Diego Azzi** – Fotógrafo; **Eduardo Pereira** – Produtor Cultural; **Eugênio Giovenardi** – Ecosociólogo Ambiental, Escritor; **Guilherme Cobelo** (@joesilhueta) – Historiador, Músico; **Iara Pietricovsky** – Fotógrafa; **Iêda Vilas-Bôas** – Doutoranda em Literatura, Escritora; **Jacy Afonso** – Sindicalista; **Jaime Sautchuk** – Jornalista, Escritor; **Lenny Lima** (@lennylimaarts) – Ilustrador; **Leonardo Boff** – Filósofo, Teólogo, Escritor; **Lúcia Resende** – Mestra em Educação, Sociolinguista; **Maureen Santos** – Fotógrafa; **Vânia Viana** – Ambientalista; **Zezé Weiss** – Jornalista Socioambiental.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Cássia Oliveira
6. Graça Fleury

7. Jacy Afonso
8. Juan Pratginestós
9. Marcelo Manzatti
10. Neusimar Coelho
11. Ronei Alves
12. Rui Faquini



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental

Telefone: (61) 3718-3232. **E-Mail:** revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – **CEP:** 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Zezé Weiss (61) 9974-3761; Lúcia Resende (61) 84046128. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983; Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Capa:** Foto Rogério Alves/TV Senado; **Revisão de Textos:** e Lúcia Resende e Zezé Weiss. **Revisão de design:** Eduardo Pereira. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires – 386/GO. **Menor Aprendiz:** Ana Beatriz Fonseca Martins – auxiliar de serviços administrativos. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Mídias Sociais:** Eduardo Pereira – Produtor Cultural; **Circulação:** Revista Impressa – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Tocantins. **Revista Web** – Todo o território nacional. **ISSN 2359-053x.**

Xapuri 15 JAN 16

SOCIOAMBIENTAL

10 CAPA
A Paz de que o mundo precisa

24 BRASÍLIA
Sobre ruas, flanelas e coletes

15 ECOLOGIA
O Cerrado quer Paz

28 URBANIDADE
Devagar e sempre

17 LENDAS BRASILEIRAS
O poder de sedução do Boto Cor-de-Rosa

44 PERFIL
NASR CHAUL
Doutor da Cultura

14 CURTAS

34 EDUCAÇÃO
Movimento contra a privatização das escolas estaduais ganha força

18 MEIO AMBIENTE
COP 21 – PARIS: Um acordo que desafia a mobilização dos povos

36 BIODIVERSIDADE
Os potes de mel

22 CIDADANIA
Alegria Cívica para aprimorar a democracia e construir o futuro

39 GASTRONOMIA
Feijoada – coisa nossa!

27 LÍNGUA
Acordo Ortográfico
Agora é pra valer

40 MEMÓRIA
Dica: santa, iluminada ou bruxa

32 ECOTURISMO
Parque Nacional da Serra da Capivara

46 SUSTENTABILIDADE
Problemas e riscos da Economia Verde

A PAZ DE QUE O MUNDO PRECISA

Jaime Sautchuk

Normalmente, quando se fala em Paz, o que logo nos vem à cabeça são os conflitos internacionais, a voracidade bélica de blocos e países, as novas armas que surgem. Ou seja, falamos em paz pensando na guerra. Isso porque, nesse nosso mundo vasto mundo,

o fato de não existir guerra nesse ou naquele lugar, não quer dizer que a Paz esteja reinando.

Em verdade, qualquer que seja o canto do planeta, para haver conflitos não é preciso metralhadoras, navios, tanques ou aviões. E a busca da Paz vai muito além dos embates diretos, pois tem a ver também com os direitos básicos do ser

humano, no seu cotidiano da vida em sociedade.

De igual forma, as filosofias sobre a Paz não vêm de hoje. Nos anos 1500, o Padre Antônio Vieira escreveu em seus Sermões: "Não Há Paz no Mundo. Enchem a boca de paz, e não há tal paz no mundo. E senão, quem há tão cego, que não veja o mesmo hoje em toda a parte?"

Dizem que há paz nos reinos, e os vassallos não obedecem aos reis: dizem que há paz nas cidades, e os súditos não obedecem aos magistrados: dizem que há paz nas famílias, e os filhos não obedecem aos pais: dizem que há paz nos particulares, e cada um tem dentro em si mesmo a maior e a pior guerra. (...) A paz do mundo é guerra que se esconde debaixo da paz. Chama-se paz, e é lisonja: chama-se paz, e é dissimulação: chama-se paz, e é dependência: chama-se paz, e é mentira, quando não seja traição".

A Paz é pressuposto de boas relações entre as nações do mundo, mas deve existir de igual modo no plano intranacional, nas sociedades, e mesmo entre as pessoas. O verso do canção popular de que "aqui na Terra só se pensa em guerra, matar o vizinho é nossa intenção" trata mesmo é da boa convivência humana em todos os níveis.

A Paz é um direito fundamental do ser humano. Esse enfoque na luta pela Paz

no mundo não é novo. Seu principal objetivo sempre foi convencer a todos de que, na solução de conflitos, não deve haver vencedores nem perdedores. Uma dissensão só é bem resolvida quando todas as partes se julgarem satisfeitas.

Um bom princípio é o de que a Paz deve suprir as vitais necessidades humanas. Sobrevivência, bem-estar físico, liberdade e identidade são primícias fundamentais para a humanidade gozar de uma Paz verdadeira e permanente.

Albert Einstein, em *Como vejo o Mundo*, compreende a ausência de Paz como um erro incompreensível de nossos antepassados: "Tudo leva a crer que os estadistas atuais pretendem, na reali-

dade, o objetivo de estabelecer uma paz duradoura. Mas o aumento incessante do armamento mostra com demasiada clareza que não poderão fazer frente às potências inimigas, que os impelem à preparação da guerra. A meu ver, a salvação só poderá vir da alma dos povos. Terão de se declarar decididamente pelo desarmamento completo, pois, enquanto houver exércitos, qualquer conflito mais grave conduzirà à guerra. O pacifismo que não repudiar ativamente o armamento dos Estados é e será sempre impotente. Que a consciência e o bom-senso dos povos despertem, para que possamos atingir um novo escalão na vida dos povos, do alto do qual a guerra pareça um erro incompreen-



Ilustração: Lenny Lima



sível dos antepassados”.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em sua Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, de 2004, fixa que “uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, comportamentos, tradições, atitudes e estilos de vida”.

Ao classificar os meios de aplicação dessas premissas, o documento sugere que isso ocorra em primeiro lugar “no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação”.

Isso vale para as mais diversas situações. Serve para os conflitos internacionais, de qualquer dimensão, seja entre países ou blocos de países, seja nas disputas entre vizinhos, por questões de fronteiras ou étnicas. Na visão da ONU, também se aplica aos embates internos em países, especialmente

naqueles onde regimes ditatoriais colocam o Estado contra seu próprio povo.

Mas há, de igual modo, os conflitos mais próximos de nós, em nosso cotidiano, sem que a gente saiba como com eles lidar. São abusos da polícia, dificuldades na locomoção para o trabalho, penoso acesso ao amparo legal, trabalho escravo, violência da pistolagem no campo, desmandos de traficantes, abuso sexual, agressões à mulher, barreiras que impedem o ir e vir de todos e todas, homofobia e assim por diante.

Pra completar, é doloroso vermos com frequência conflitos entre os próprios cidadãos e cidadãs. Falta de respeito às pessoas com deficiência, discriminação racial, pouca paciência com nossos vizinhos, familiares, parentes ou colegas de trabalho, recusa de ajuda a alguém em dificuldade e

agressividade no trânsito são alguns exemplos.

Pontos de atrito não faltam, pois.

O tratamento desses embates exige postura diferente dos primeiros impulsos, que infelizmente são quase sempre agressivos. Seja do chefe de Estado, do comandante militar ou do cidadão comum. A afirmação de valores humanos na convivência social deveria se dar em casa, na escola, nos meios de comunicação, nas igrejas, em todos os lugares, enfim.

Deve haver, entretanto, um bom lugar para começar a exercitar a paz.

Mohandas Gandhi, in *The Words of Gandhi*, sugere: “Se queremos alcançar neste mundo a verdadeira paz e se temos de levar a cabo uma verdadeira guerra contra a guerra, teremos de começar pelas crianças; e não será necessário lutar se permitirmos que cresçam com a sua inocência natural; não teremos de transmitir resoluções insubstanciais e infrutíferas, mas iremos do amor para o amor e da paz para a paz, até que finalmente todos os cantos do mundo fiquem cobertos por essa paz e por esse amor pelo qual, consciente ou inconscientemente, o mundo inteiro clama”.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

Transparência, nós temos!



Sabe por que a Prefeitura de Valparaíso de Goiás ocupa a 5ª colocação em transparência de gestão, no estado de Goiás?

Porque tratamos o seu dinheiro com honestidade e fazemos questão de prestar contas.

Valparaíso é um dos municípios mais transparente de Goiás e do Brasil, segundo o Ranking Nacional de Transparência da Gestão Pública, divulgado pelo Ministério Público Federal.

Com nota 7,7, estamos entre os 3,6% dos municípios goianos, que atingiram nota superior a 7, numa escala de 0 a 10.

Honestidade, transparência e planejamento fazem de Valparaíso um dos municípios mais bem administrados de Goiás e tudo isso é para você, cidadão valparaisense.

BRASIL TEM NOVO CONSELHO INDIGENISTA

A presidenta Dilma Rousseff decretou a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), que terá o papel de elaborar, acompanhar e implementar políticas públicas para os povos indígenas. Mesmo sendo constituído por 21 representantes indígenas de todo o Brasil, o CNPI constitui-se como órgão consultivo, e não deliberativo e autônomo, como desejado por várias lideranças e movimentos indígenas. Não obstante, o CNPI deve alterar a política indigenista do Estado brasileiro. Em dezembro de 2015, a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista reuniu delegações indígenas em Brasília para iniciar a elaboração de uma proposta de política indigenista oficial, que já tem 865 itens.

PROJETO MULHERES INSPIRADORAS RECEBE PRÊMIO DA OEI

O projeto “Mulheres Inspiradoras”, concebido pela professora Gina Vieira Ponte de Albuquerque e desenvolvido no Centro de Ensino Fundamental 12 (CEF 12), em Ceilândia – DF ganhou o 1º lugar, entre 18 países participantes do Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos “Óscar Arnulfo Romero”, promovido pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI). A proposta já mereceu outras premiações em nível nacional, pela forma inovadora e ousada de combater práticas de *sexting*, *cyberbullying*, pornografia de revanche, assédio sexual e difusão de modelos de comportamento inadequados entre adolescentes mulheres, práticas comuns entre adolescentes. Para intervir nessa realidade, a professora escolheu dez grandes mulheres do Brasil e do mundo, com feitos marcantes na história da humanidade. Anne Frank, Malala, Carolina Maria de Jesus e outras de igual quilate foram conhecidas e reconheci-



das. Depois, cada jovem escolheu uma mulher inspiradora do seu convívio, para entrevistar e escrever um texto que evidenciasse para o grupo porque sua personagem merecia o título de “mulher inspiradora”. Sem dúvida, esta é uma iniciativa que contribui para a construção de uma cultura que respeite e valorize os direitos humanos, em especial, que priorize a igualdade de gênero como pilar de organização social. A educação agradece!

Fonte: Sinpro-DF



Foto: Lúcia Resende

O CERRADO *quer paz*

Eugênio Giovenardi

Há razões, motivos, condições e requerimentos para que fenômenos físicos e ações humanas aconteçam. Eles amadurecem no tempo e aparecem num espaço, na presença ou na ausência de quem os pode ver e observar.

Desde o primeiro dia em que pus os pés no chão seco do pedaço de cerrado, ao qual demos o nome de Sítio das Neves, e os molhei nas águas frias e limpas do Ribeirão das Lajes, observei acontecimentos e mudanças no comportamento de plantas, de animais nativos e minhas atitudes frente a eles.

Uma das atitudes conscientes da espécie humana, alimentadas por costumes e

comportamentos culturais, muito semelhantes aos de qualquer animal com fome, é apropriar-se de bens da natureza em benefício próprio. A mão humana corta árvores, aprisiona e mata animais por necessidade, interesse, medo ou diversão. A labuta dos predadores para preservar a própria vida e a reprodução sabem, por dedução cerebral, que não podem destruir florestas de onde tiram seu sustento. Só a espécie humana faz isso.

Uma das consequências da ação humana na produção de alimentos e na criação de animais domésticos, hoje fortemente apontadas como desastrosas, é a peri-

gosa diminuição da biodiversidade. O complexo natural – árvores, água, animais, cadeia trófica – é uma condição necessária para manter altos índices de biodiversidade importantes para cada forma de vida individualmente considerada.

Nesta corrente do complexo natural faltam muitos elos. A recomposição do complexo natural, o reaparecimento de plantas e animais, a restauração ainda que parcial da biodiversidade dependem de algumas condições.

Ao observar minhas atitudes e meus comportamentos nas relações com a natureza, especialmente com árvores, água e animais, ao

longo do tempo, percebi que meu afastamento intencional produzia efeitos surpreendentes.

Compreendi, não sem espanto, que a reconquista dos espaços perdidos, o aparecimento de novas plantas e novas espécies, o retorno de pássaros e animais, normalmente objetos de caça, dependiam de meu afasta-

mento, de minha retirada, de estar a certa distância. A paz depende da retirada do inimigo, do invasor, do dominador.

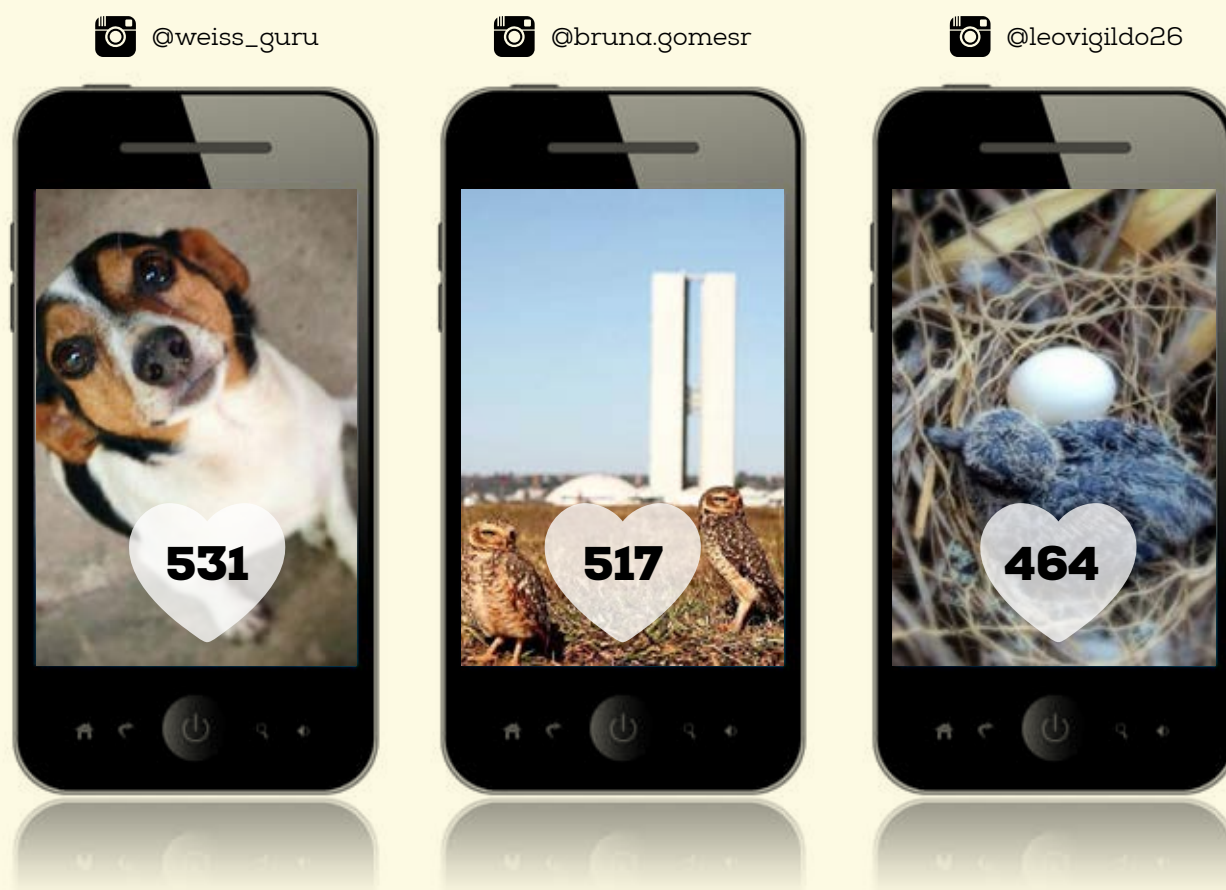
Na guerra entre a espécie humana e a natureza é imprescindível depor as armas e deixar o campo de batalha. Para que uma população vegetal e animal reconquiste seu espaço, sua terra natal, é necessário que o invasor

se retire e volte mais tarde como colaborador. Só a paz vegetal possibilita ao Cerrado reconquistar sua biodiversidade e a convivência pacífica entre florestas, animais e a espécie humana.



Eugênio Giovenardi
Ecossociólogo, Escritor
eugeobservador.blogspot.com.br

As imagens mais populares da @revistaXapuri



Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

O PODER DE SEDUÇÃO DO BOTO COR-DE-ROSA

Zezé Weiss

Diz a lenda que durante as festas juninas, às margens dos grandes rios da Amazônia, enquanto as comunidades ribeirinhas celebram Santo Antônio, São João e São Pedro dançando quadrilhas, o boto cor-de-rosa aparece causando confusão entre as famílias que vivem na floresta.

Parecido com o golfinho marítimo, o boto cor-de-rosa sai da água doce dos rios transformado em bonito e sedutor dançarino, sempre de roupa, sapato e chapéu brancos. A diferença dos jovens da região, além das roupas finas, é que o chapéu do boto esconde um grande orifício, que é por onde ele respira.

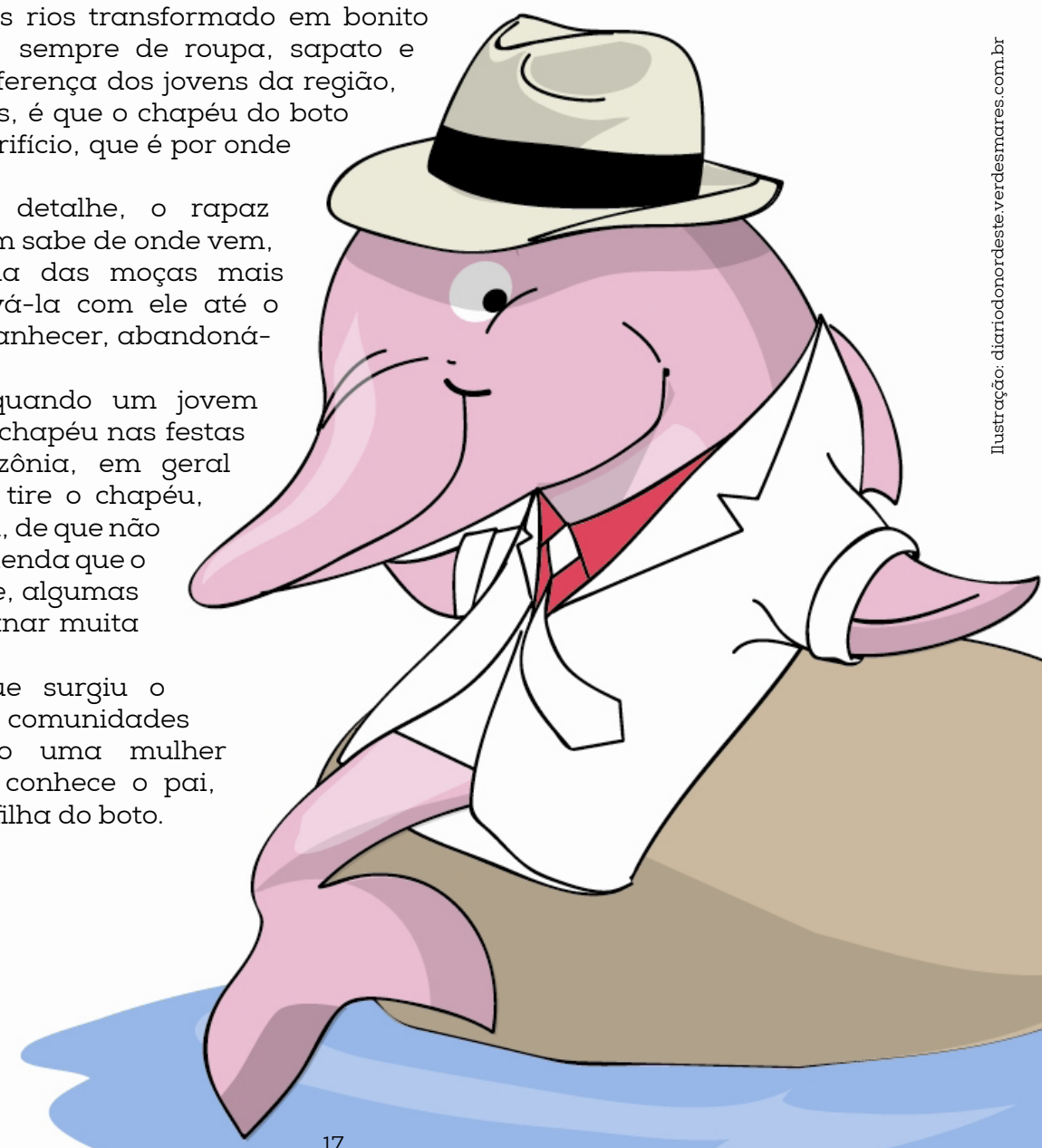
Mesmo com esse detalhe, o rapaz atraente, que ninguém sabe de onde vem, costuma seduzir uma das moças mais bonitas da festa, levá-la com ele até o fundo do rio e, ao amanhecer, abandoná-la grávida.

Por essa razão, quando um jovem diferente aparece de chapéu nas festas ribeirinhas da Amazônia, em geral pedem para que ele tire o chapéu, certificando-se, assim, de que não é um boto. Mas reza a lenda que o boto é sorrateiro e que, algumas vezes, consegue enganar muita gente em uma festa.

É dessa lenda que surgiu o costume de, entre as comunidades amazônicas, quando uma mulher engravida e não se conhece o pai, dizer que a criança é filha do boto.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss



COP 21 – PARIS: UM ACORDO QUE DESAFIA A MOBILIZAÇÃO DOS POVOS

Vânia Viana



Manifestação dos povos do campo

Foto: Maureen Santos

Antes de entrarmos propriamente no tema deste artigo, a COP 21, é importante que resgatemos a origem da Conferência das Partes (COP), o órgão máximo da Convenção do Clima, que é um tratado internacional que visa estabilizar as emissões de gases de efeito estufa, de origem antrópica.

A Conferência de Estocolmo, na Suécia, realizada em junho de 1972, foi o primeiro evento mundial sobre meio ambiente que trouxe, de maneira global, o debate da destruição ambiental e seus impactos na vida no planeta.

Exatos 20 anos depois, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Confe-

rência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92).

A Rio-92 resultou em sete documentos oficiais, são eles:

A Carta da Terra; a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; e três convenções sobre Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas.

Iniciou-se, então, um ciclo com 21 encontros anuais desde a COP 1, realizada em Berlim, em 1995, seguida por Genebra, em 1996, e em Quioto, no Japão, em 1997, onde se criaram as bases para o Protocolo de Quioto, que entrou em vigor em 2005, sem, no

entanto, que Estados Unidos e China – os maiores poluidores – o ratificassem.

Já no ano de 2009, na COP 15, sob o frio de Copenhague, na Dinamarca, a esperança de um possível acordo também foi frustrada. E assim, de fracasso em fracasso, sobrou para a França um último suspiro que servisse como um sopro de continuidade das negociações da Convenção, que além de tudo, gera grande movimentação financeira, especialmente nos países sede.

Foi com esse espírito de “temos que ter um acordo” que a 21ª Conferência das Partes foi realizada de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2015, em Paris, e resultou em

um acordo adotado pelos 195 países membros da Organização das Nações Unidas.

ALGUNS DESTAQUES SOMBRIOS DO ACORDO

Limitar a temperatura média muito abaixo dos 2º C, criando as condições necessárias para que se mantenha em 1,5 º C, tendo como base os níveis pré-industriais é muito vago para um acordo de tamanha envergadura.

Isso implica que cada parte (país) se compromete a cumprir suas Contribuições Nacionalmente Determinadas, que estabelecem o quanto cada nação deve reduzir de suas emissões. No entanto, num balanço global, as metas definidas pelos países ultrapassam, e muito, os 2º C, o que levará a muitas negociações ao longo dos próximos anos, para que sejam mais ambiciosas essas metas.

No que se refere ao financiamento, caberá às nações desenvolvidas aportarem recursos de 100 bilhões de dólares anuais para as nações em desenvolvimento aplicarem em mitigação e adaptação em seus países. Mas também este valor está muito aquém de atender às demandas de nações que lutam contra o tempo.

O acordo decepciona ainda no que se refere à governança. Governos e corporações beneficiam-se mutuamente, créditos de carbono se fortalecem enquanto moedas de troca, demais interesses privados incidindo sobre a vida dos povos sem a participação desses atores estratégicos, que expressam os interesses da maioria da sociedade. No texto, trabalhadores, povos indígenas, movimentos sociais, questões gerais rela-

cionadas aos direitos humanos não estão no centro das decisões do acordo, mas nos “considerando”, “levando em conta”, “reconhecendo”, ou seja, fora do que é legalmente vinculante.

A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Para que tenha havido um acordo em Paris, o governo brasileiro (maior delegação da COP) teve papel protagonista, sobretudo por liderar o grupo mais polêmico, que discutiu o complexo tema das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, um dos gargalos e pontos de discórdia. A abordagem deixou claro que todos são responsáveis pela vida na Terra, mas as nações desenvolvidas contribuíram mais ao aquecimento até aqui que as em desenvolvimento.

No entanto, essa influência

e reconhecimento da atuação da diplomacia brasileira não foram suficientes para assegurar que os setores mais impactados das sociedades estivessem como parte vinculante do acordo, constando apenas do preâmbulo/anexo, tanto no texto brasileiro (INDC) quanto no acordo internacional. Assim, caberá ao Brasil e a cada país comprometer as principais fontes das emissões de gases de efeito estufa para que realizem as reduções necessárias, de modo a assegurar que meios para a mitigação e adaptação das mudanças climáticas cheguem aos setores mais impactados.

AS LUTAS COTIDIANAS DOS POVOS

Paralelamente ao processo oficial, inúmeras manifestações dos movimentos sindical e socioambiental ocorreram



Manifestação do Movimento Sindical durante a COP 21, Le Bourget

Foto: Diego Azzi



Sharan Burrow - Secretária Geral da Central Sindical Internacional - CSI, José Antonio Marcondes de Carvalho - Subsecretário - Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Marjorie Alexandre, assessora do Sindicato Francês Force Ouvrière, João Antonio Felício - Presidente da Central Sindical Internacional - CSI e Anabella Rosenberg, assessora da CSI.



Apresentação do Texto Final no Plenário Scene - Centro de Convenções da COP 21 - Le Bourget, Paris França **Em destaque:** François Hollande Presidente da República Francesa, Laurent Fabius Ministro das Relações Exteriores da França e Presidente da COP 21, Secretário Geral das Nações Unidas Ban Ki Moon.



Assembleia de Convergência do Movimento Social e Sindical Internacional.

em Paris. Foram seminários, assembleias, reuniões diárias convocadas pela Central Sindical Internacional, Central Sindical das Américas, pelo Grupo Carta de Belém, que a CUT integra, composto de organizações da sociedade civil e que luta contra a mercantilização da natureza e pela justiça ambiental. Houve também manifestações de rua, ainda que inibidas pelos recentes ataques terroristas.

O novo acordo exigirá ainda maiores mobilizações. A CUT, a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores estiveram contundentemente cobrando do governo brasileiro o apoio às suas posições na defesa dos interesses da classe trabalhadora e na perspectiva de que, tanto na execução das CNDs brasileiras

quanto no acordo global, os povos ocupem o lugar de centralidade que lhes é devido.

MELHOR UM ACORDO RUIM OU NENHUM ACORDO?

Essa pergunta permeou vários dos debates realizados pelo movimento sindical e social. Um acordo que não corrigisse as tortuosas trilhas do aquecimento global por aqueles que o causaram, estaria fadado a ser um acordo ineficaz.

Um bom acordo deveria oferecer soluções aos principais impactados, garantindo uma transição justa para os trabalhadores e as comunidades, afinal, para além da resiliência que já lhes é exigida, muitos pagam com a própria vida uma conta que nunca lhes pertenceu.

A pergunta título segue em aberto, mas há que se considerar também que sem um acordo (ainda que longe de ser o ideal) também não se estabelecem as possibilidades de financiamento para que muitos países, sobretudo africanos, latinos, insulares e centroamericanos, reúnam condições de enfrentamento aos gravíssimos impactos das mudanças climáticas. Nessa correria contra o tempo, os recursos dos países desenvolvidos devem significar no mínimo um maior apoio a muitos países em situação de vulnerabilidade.



Vânia Viana
Ambientalista

24 de janeiro
Dia do Aposentado

Sindicato dos Bancários parabeniza aposentados pelo legado

Todos os aposentados, em especial os bancários, têm o nosso reconhecimento e respeito, pela sua trajetória de luta e bravura que, por anos e anos de sua vida, se dedicaram às instituições financeiras, participando ativamente da vida econômica e social do país e, consequentemente, contribuindo para o engrandecimento da categoria", destaca o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, **Eduardo Araújo**, ao homenagear esses trabalhadores e trabalhadoras que construíram o Brasil, e na data de 24

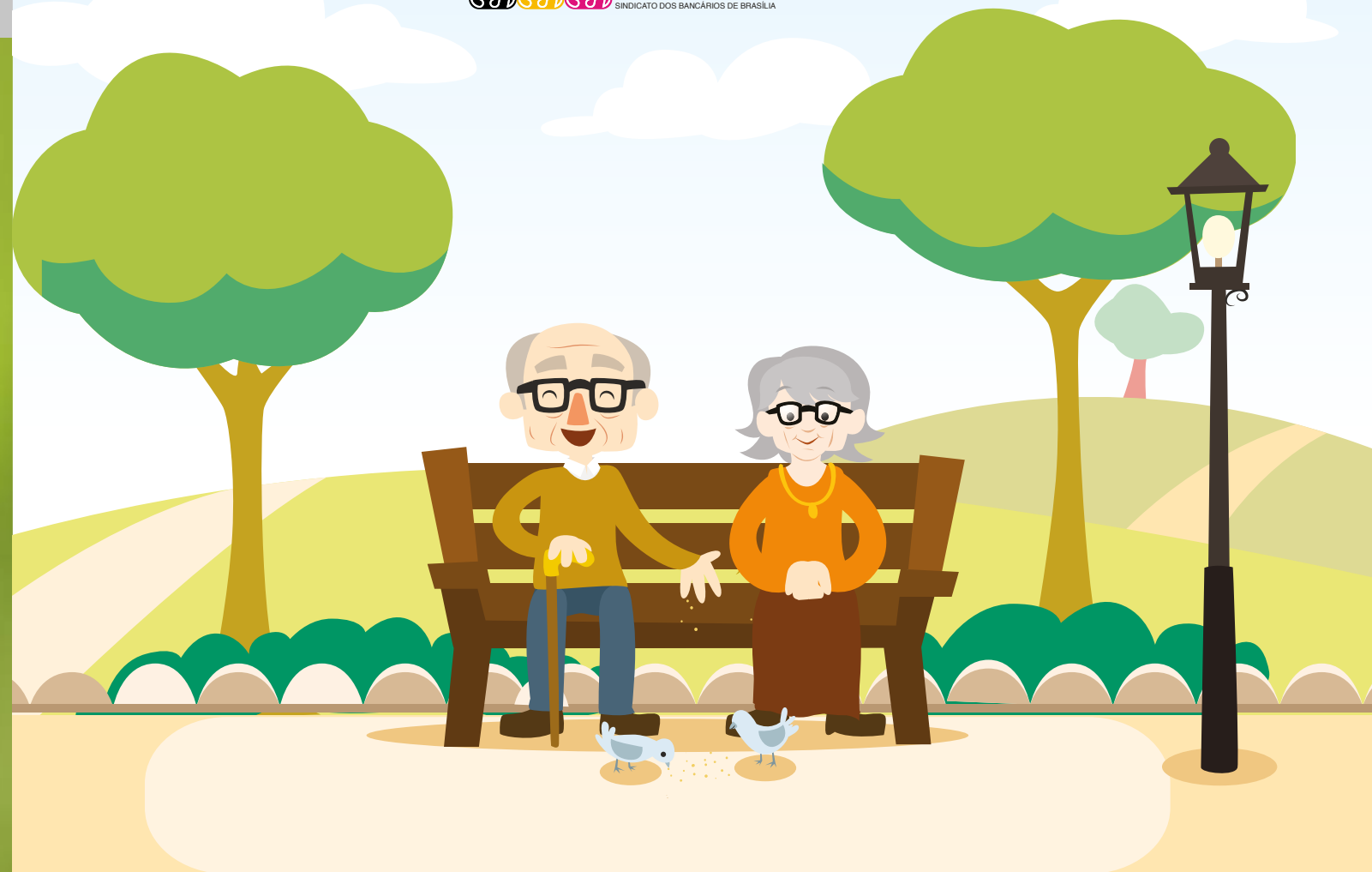
de janeiro comemoram o seu dia.

O movimento sindical desenvolve uma luta contínua para garantir a dignidade desse segmento dos bancários e considera que na aposentadoria é importantíssimo o lazer e a integração social. Com este intuito, o Sindicato dedica especial atenção para preservar seus direitos e conquistas, com um olhar atento às questões de saúde e previdência.

Além disso, a entidade sindical desenvolve uma programação de atividades e ações diver-

sas com os aposentados e realiza, anualmente, um evento comemorativo desta data. E ainda, todos os bancários aposentados podem continuar sindicalizados sem nenhum custo e são beneficiados com a assessoria jurídica gratuita do Sindicato.

O Dia do Aposentado surgiu em 1923, através da Lei Eloy Chaves que consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias.



ALEGRIA CÍVICA PARA APRIMORAR A DEMOCRACIA E CONSTRUIR O FUTURO

Jacy Afonso

A pouca cultura política faz confundir democracia com partido político, governo com Estado. Não há preocupação com as instituições. Inexiste a consciência de que elas podem ser aperfeiçoadas.

A democracia é muito mais que partidos políticos e que governos. É garantia de estabilidade, de pactos de convivência, de acordos sobre as prioridades públicas. Somos obrigados à convivência. Em nada na vida, e muito menos em um país, é possível fazer uma linha divisória, desconsiderando o passado.

A história não é mecânica, homogênea, linear. Há que se considerar a diversidade, a multiplicidade dos tempos, as especificidades culturais e a realidade. Não há avanço con-

tinuo na História. Ela se bifurca, aponta outros caminhos. Permite articular ações no presente para o planejamento de projetos de futuro para avançar em padrões satisfatórios de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos. E renovar a esperança.

Em 2014, tivemos a oportunidade de lembrar que há 50 anos ocorria o golpe contra o governo João Goulart. O marco desse momento foi a reflexão sobre a resistência da sociedade brasileira contra o estado de exceção determinado pelos militares, resgatando a memória de um regime que cassou direitos individuais, coletivos e políticos, violentou física e psicologicamente, perseguiu, prendeu, torturou, exilou e matou.

Com ideologias conservadoras, a ditadura impôs currículos escolares, nomeou escolas, monumentos, pontes, estradas

em homenagem a militares e seus asseclas.

Os brasileiros e brasileiras merecem conhecer o ocorrido no período sombrio e antidemocrático iniciado em 1964 para não o reviver. Muitas ações nesse sentido foram fortalecidas com as apurações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Instituída em 2012, a CNV apurou graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1964 e 1988; trouxe à luz as violências físicas e psicológicas sofridas por aqueles que combatiam a ditadura militar, incluindo nossa atual presidenta Dilma Rousseff.

O Sindicato dos Bancários de Brasília, do qual sou militante e filiado desde 1980, e de onde também fui dirigente, instalou sua própria Comissão da Verdade, que apontou que mais de 300 bancários de todo o país tiveram seus direitos violados, sobretudo os participantes do movimento sindical.

Dentre eles, destaca-se Adelino Cassis, fundador e ex-presidente do Sindicato, que teve seu mandato cassado, foi

preso, torturado e demitido do Banco do Brasil.

Impulsionando um movimento de desconstrução dos pseudo-heróis da Ditadura, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) lançou campanha para mudar os nomes das escolas – segundo o Inep, em 2014, eram 976 – que homenageavam os ditadores e seus agentes de repressão. Outras ações deram continuidade ao processo.

Mais recentemente, em Brasília, pela ação dos movimentos sociais, transformada em Projeto de Lei de iniciativa do Deputado Distrital Ricardo Vale (PT), a Ponte Costa e Silva passou a se chamar Honestino Guimarães, em memória do líder estudantil desaparecido na ditadura.

E a UFRJ revogou o título de Doutor Honoris Causa concedido ao general Médici em 1972, restabelecendo naquela

Universidade os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Não podemos perder a referência de que a democracia é um bem em todos os momentos históricos, independentemente das circunstâncias. Não é um fim em si. É uma ferramenta indispensável para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. É a garantia do princípio da igualdade entre todas e todos.

O filósofo Mario Sergio Cortella afirma que para aprimorar a democracia falta-nos alegria cívica, falta-nos capacidade de olhá-la como um patrimônio e não como um encargo que dá trabalho, pois nos obriga ao movimento, ao debate, a ter de fazer escolhas e nos responsabilizar por elas.

Nossa cidadania sofre uma espécie de osteoporose; fratura-se com facilidade, em parte

por condições históricas, mas também porque o processo democrático não é nossa prioridade. Boa parte da sociedade brasileira passou à margem das decisões e ainda não entende que necessita fazer da democracia capacidade de construir e proteger, de forma coletiva, nossos ideais e nosso futuro.

Precisamos nos encantar com a democracia, cuidando dela como protegemos aquilo que nos é precioso. E reafirmamos Cortella: "Alegria cívica é a possibilidade de vibrarmos com a condição de a democracia estar entre nós. Ainda jovem, estruturando sua condição, mas como algo que no nosso horizonte nos dará muito mais efusividade de participação".



Jacy Afonso
Sindicalista

SE VOCÊ FAZ, ELE TAMBÉM!

Faça escolhas mais saudáveis
e o seu filho vai seguir seu exemplo.

eleve
mercado saudável
708/709 norte

eleve
mercado saudável

708/709 Norte, Bloco D, Loja 07 | 61 3045-0707

 @eleve_ms

 elevemercadosaudavel





SOBRE RUAS, FLANELAS E COLETES

Guilherme Cobelo

"Brasília não foi feita pra pobre", diz Carlos, "foi feita pra político e pra polícia". Fal-tou acrescentar: e pra carro. O tom amargo marca a frase do guardador e lavador de carros que poderia ser dita por qualquer um dos milhares de "flanelinhas" que ocupam o centro da capital federal em busca de sobrevivência.

Sim, sobrevivência, pois vive-se com um pouco mais de um salário mínimo, descontado o transporte coletivo e o "de comer". Trabalha-se muitas vezes 12 horas por dia, de segunda a sábado, para conseguir pagar o aluguel e as demais contas do mês, quiçá fazer uma "comprinha básica".

O termo flanelinha, embora de uso corrente, pode soar pejorativo hoje em dia, sobre-

tudo após a obrigatoriedade do cadastramento, que veio à tona por decreto em 2009. Desde então estabeleceu-se uma distinção nítida entre os que operam legalmente e os que permanecem na clandestinidade. Ao que tudo indica, parece que a pecha de "marginal" não recai mais sobre os trabalhadores que usam colete e crachá.

Sabemos, no entanto, que isso não é completamente verdade. Muita gente ainda vê o trabalho feito nas ruas, qualquer que seja, como ocupação de delinquente e vagabundo, disfarce ou manobra para o crime. "Não dá para confiar, porque eles vêm e arranham nosso carro se a gente não paga, ameaçam, xingam. Tem muito bandido e traficante de droga por aí fin-

gindo que trabalha", diz uma motorista estressada com a falta de vagas no Setor Comercial Sul. "Eles compram, roubam o colete, sei lá, dão um jeito e vêm pra cá fazer m-----", diz outro mais exaltado.

E até mesmo a polícia, embora tenha se comportado melhor desde a regulamentação, vez em quando ainda oprime o trabalhador com interrogatórios fúteis, como é frequente em seu ofício. Carlos que o diga:

"Outro dia eu tava aqui em pé conversando com o instrutor da autoescola. Vieram dois PM de lá pra cá. Chegou aqui e mandou eu abrir a perna... botaram a mão na cabeça, a mão no meu bolso e tinha 40 conto. Disseram: 'que dinhei-

ro é esse?', eu disse é meu, eu trabalhei. 'Cêtrabalha aonde?' Eu trabalho aqui. 'Tem família?' Não tenho porque já larguei. 'É proibido isso aqui, cê tem documento?' Tenho. E mostrei o documento e ele disse 'ah, não fica traumatizando não'..."

E de pensar que Brasília talvez seja uma das últimas cidades onde existe (e resiste) esse tipo de profissional. A privatização dos estacionamentos é uma ameaça constante; a implantação pelo governo do sistema "Faixa Azul" é um fantasma que assombra a todos. Embora existam trabalhadores, como Carlos, que não se consideram empregados, fazendo de seu ofício um bico entre tantos outros, existe uma parcela importante de pessoas que sobrevivem exclusivamente às custas de guardar e lavar carros.

Se é verdade que o preconceito leva a população a encará-los com desconfiança, por outro lado muita gente vê no guardador de carros um apoio essencial à lida diária.

Nas horas de maior movimento, ele libera o motorista do infortúnio de esperar que a vaga surja no momento oportuno.

"Tenho cliente aqui que paga por mês; chega, me entrega a chave e vai trabalhar, sem problema", diz Neném, morador do Recanto das Emas, que lava e manobra no centro de Brasília desde os anos 70. Das seis da manhã às seis da tarde.

Evidentemente o trabalho nas ruas, por mais regularizado que seja, corre o risco de ser perturbado pelos problemas sociais que o circundam e o envolvem. E por mais que o guardador esteja atento às dezenas de carros sob a sua guarda, é natural que por descuido aconteça algum furto. O espaço que a rua instaura é tipicamente propenso a isso. Não há como se furtar de todo ao furto. No entanto, há como se prevenir. O Setor Comercial Sul, por exemplo, tem o estacionamento dividido por áreas de controle: em certo pedaço quem domina são irmãos, noutro alguns primos, aqui e ali um grupo estabelecido há bastante tempo. "Somente pessoas confiáveis". Inclusive não deve ser nada fácil iniciar o ofício desprovido de alguma peixada.

O baiano Carlos (69 anos) prefere trabalhar sozinho: não bota ninguém, que é

pra evitar o azar de um vidro quebrado. O brasiliense Neném (54) também não precisa de ajudante. O carioca Alberto (37) e o baiano Evangelvaldo (58) admitem que a regulamentação proporcionou maior segurança ao trabalho. Para se inscrever na SEDEST e receber o número de cadastro é preciso que o requerente tenha suas fichas limpas.

E, além do mais, esse crivo fez com que a polícia oprimisse um pouco menos o trabalhador autônomo que está em dia com os requisitos da profissão.

Resta saber agora se o sistema da "Faixa Azul", implementado em outras cidades, chegará aqui, como receiam Alberto e companhia. Se acaso for, o que será então dos milhares que por aí estão, rotineiramente, a corujar e a limpar carros em troca de alguns reais, suficientes apenas para o sustento de si e dos seus?

Temos de convir que as ruas estão morrendo em Brasília, lentamente estão morrendo. Aos poucos vão se calando as vozes: cedo ou tarde restarão apenas motores ecoando por entre os prédios...

Fotos: @guardadoresdebrasilia



Ailton veio do Nordeste para o Planalto Central há 15 anos. Hoje mora em Planaltina, a 40 km de Brasília, pra onde vai e de onde volta todos os dias para trabalhar na Asa Norte. Do seu lado, há mais três trabalhadores informais num espaço movimentado da W3 Norte. Dois jovens, um que vende DVDs piratas e o outro que comercializa acessórios eletrônicos pequenos, e outro, mais velho, conhecido como o Baiano, que vende água de coco. Todos se ajudam. Na rua, solidariedade não precisa ser ensinada em cursos teóricos, ocorre de forma natural.



Guilherme Cobelo
Historiador, Músico.
@joesilhueta

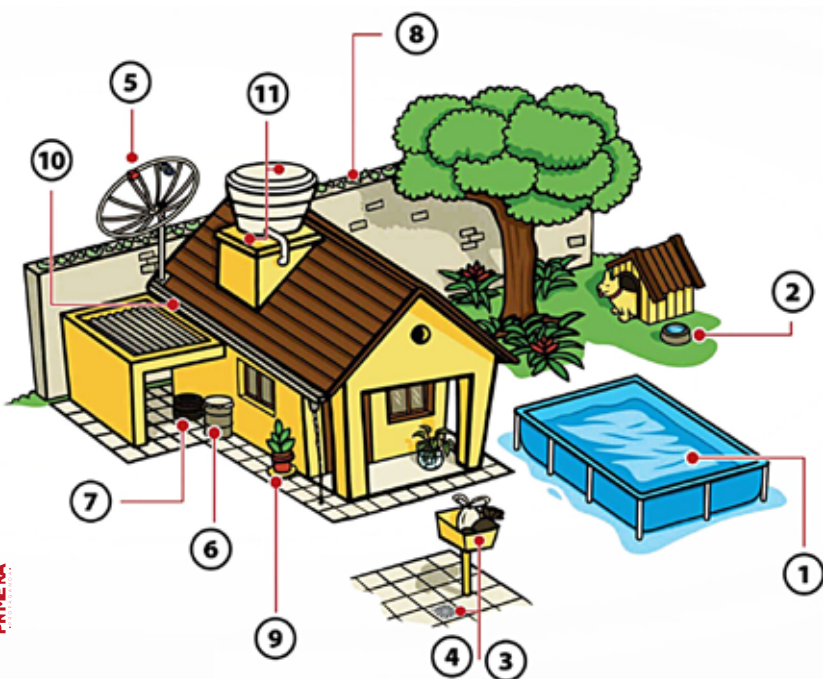
O PERIGO ANDA SOLTO E PODE SER MORTAL.

Formosa contra o Aedes aegypti.

AJUDE A ACABAR COM OS FOCOS DO MOSQUITO.



GUIA DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI



- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1 - Piscina | 6 - Garrafas / Tonéis |
| 2 - Água dos animais | 7 - Pneus |
| 3 - Lixeira | 8 - Muros |
| 4 - Ralos | 9 - Vasos de plantas |
| 5 - Objetos que acumulam água (antena, bandeja da geladeira, suporte de garrações de água) | 10 - Calhas |
| | 11 - Caixas d'água / Vaso Sanitário |



10 minutos por semana podem garantir que o seu domicílio está livre do mosquito.

ZIKA VÍRUS, FEBRE CHIKUNGUNYA E DENGUE. AQUI NÃO!

COLABORE COM O COMBATE. RECEBA OS AGENTES DE SAÚDE.

Denuncie focos do mosquito: 61 3981.1163
Em caso de suspeita das doenças: 61 3981.1093

ACORDO ORTOGRÁFICO AGORA É PRA VALER

Lúcia Resende

O Acordo Ortográfico de 1990, que institui novas regras na escrita do português, tem sido alvo de debates e controvérsias desde que foi editado.

Língua oficial de oito países (Portugal, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste), o português é o sétimo idioma mais falado no mundo. O Acordo surgiu sob o argumento de que era preciso uniformizar a escrita, para facilitar o intercâmbio cultural entre os países lusófonos.

Começam aí as controvérsias.

Não há como uniformizar a escrita de línguas diferentes. Ou acaso há quem discorde de que o português de Portugal é uma língua diferente do português do Brasil, por exemplo? Fôssemos falar em controvérsias, haveria outras tantas. De qualquer modo, com essa "uniformização" nossa língua passa a ser usada em eventos internacionais, onde se perguntava sempre: qual português? Isso é um ganho e tanto. E ainda assim pode haver discordância.

Mas qualquer avanço nessa

seara soaria extemporâneo. O fato é que o Brasil é signatário do texto, o Acordo é lei, de cumprimento obrigatório. E mais: por aqui, as mudanças são mínimas, já praticamente assimiladas. Ponto.

Em uso desde 2009 no Brasil, as novas regras passaram a ser obrigatórias desde o primeiro dia de 2016 e instituem mudanças em apenas 0,5% das palavras do léxico nacional. Em Portugal e nos restantes países lusófonos, as mudanças afetarão cerca de 1,6% do vocabulário total.

PRINCIPAIS MUDANÇAS

ALFABETO: O alfabeto agora é formado por 26 letras, incluindo o "k", "w" e "y", antes consideradas letras estrangeiras.

TREMA: O trema deixou de ser usado, mas nada muda na pronúncia (cinquenta, tranquilo, consequência). Exceções: nomes próprios de grafia estrangeira (Müller, Bündchen etc.)

DITONGOS ABERTOS: Ditongos abertos (ei, oi) não são mais acentuados em palavras paroxítonas: assembleia, plateia, ideia, joia, jiboia, apoio etc. Exceções: destróier, Méier (paroxítonas terminadas em "r"). Ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas permanecem acentuados: herói, constrói, dói, chapéu, troféu, céu etc.

ACENTO DIFERENCIAL DE TONICIDADE: não se usa mais, tanto nas palavras simples como nas compostas (vou para Brasília; ele não para de trabalhar; para-brisa; para-raio). Exceções: permanece o acento no infinitivo do verbo "pôr" e na terceira pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo "poder" – pôde. O acento de fôrma (distinto de forma) é facultativo.

ACENTO AGUDO SOBRE O "U" E "I":

1. Não se acentua o "u" tônico das formas verbais rizotônicas (sílabas tônicas na raiz), quando precedido de "g" ou "q" e antes de "e" ou "i": argui, apazigue, averigue, enxague etc.
2. Não se acentua o "u" e o "i" tônicos precedidos de ditongo em palavras paroxítonas (feiúra, bo-caiúra, baiúca).

HÍFEN: Com relação ao hífen, há várias mudanças. Nesse quesito, sempre houve dúvidas e ainda deverá haver após as novas regras, que poderão ser consultadas, no texto da Lei. Um jeito rápido e fácil de dirimir as dúvidas é buscar ajuda no VOLP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, disponível em www.academia.org.br.



Lúcia Resende
Sociolinguista, Professora
@mluciacres

DEVAGAR E SEMPRE!

Antenor Pinheiro

Não precisa ser físico para concordar que um corpo móvel que promove colisão produz maior deformação em sua estrutura e no obstáculo atingido quanto maior for a energia que o alimenta. Em simples palavras: quanto maior a velocidade do veículo, ao envolver-se numa colisão, maior a gravidade do resultado. Logo, mais chances de matar, morrer ou lesionar no trânsito assume o motorista apressado. Ora, se o valor maior que temos é a vida, coerente então que sejamos cautelosos em nossas escolhas quando estamos conduzindo um veículo, afinal, o trânsito brasileiro coleciona 45 mil mortes/ano e leva aos hospitais outros 150 mil/ano com lesões graves e gravíssimas a internações médias

de 20 dias. No mesmo ritmo 50 mil adquirem distintas plegias. Numa conta simples, calcula-se que um milhão de pessoas/ano são diretamente envolvidas em eventos graves de trânsito, sendo que 575 mil/ano destes sofrem processos de mutilação de órgãos, segundo Dirceu Rodrigues Alves Júnior, da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego/Abramet. Carnificina, epidemia, doença, deseconomia, dor, tristeza, angústia... Literalmente!

O que há de comum neste sinistro quadro epidemiológico? São resultados de colisões e atropelamentos violentos, absolutamente previsíveis, envolvendo veículos nos sistemas viários das cidades e rodovias. E o que mata e aleija? A velocidade das

máquinas; a quantidade de movimento (massa x velocidade) que elas desenvolvem nos espaços de mobilidade, e com isso o comprometimento do ideal tempo psicotécnico de seus condutores. E como estancar esta sangria desatada? Não inventar a roda, adotar experiências que têm dado resultados satisfatórios, lá fora e aqui mesmo no Brasil. Veja-se São Paulo. Em julho a Prefeitura reduziu a velocidade máxima permitida de 90 km/h para 70 km/h nas pistas expressas da cidade; de 70 km/h para 60 km/h nas centrais; e de 60 km/h para 50 km/h nas pistas locais. No caso de ônibus e caminhões, a velocidade limite nas pistas expressas é de 60 km/h. As mudanças fazem parte do Programa de Proteção à Vida, criado pela Prefeitura. O objetivo é regulamentar em 50 km/h o limite de velocidade em praticamente todas as avenidas importantes da cidade. O resultado aferido? Redução em 36% de acidentes com vítimas.

O que está fazendo São Paulo neste quesito é o que fazem,

em distintas proporções, as cidades de Nova Iorque, Amsterdam, Londres, Guadalajara, Mar Del Plata, Portland, Santiago, Seattle, Singapura, Tóquio, Vancouver e muitas, muitas outras cidades mundo afora. A percepção e o enfrentamento do problema desta forma tem origem no conceito "Visão Zero", a política de segurança viária mais ambiciosa já implantada em todo o mundo. Criada em 1994 e adotada pelo Parlamento Sueco em 1997, o "Visão Zero" determinou a meta de zerar os acidentes com mortes ou ferimentos graves por toda a Suécia. A abordagem mais ampla de responsabilidade compartilhada resultou em mudanças no design de estradas e vias das cidades. De acordo com a The Economist, a construção de 1,5 mil km de vias "2+1" (um modelo de via onde cada faixa pode retornar utilizando a faixa do meio para passagem) salvou cerca de 145 vidas ao longo da primeira década de Visão Zero. Além disso, para os 12,6 mil cruzamentos melhorados com sinalização e traffic cal-

ming estima-se que as mortes de pedestres caíram pela metade nos últimos cinco anos. A nova medida ajudou a Suécia a aproximar-se da meta, com apenas 3 mortes para cada 100 mil pessoas no trânsito. O dado contrasta com as 5,5 pessoas para cada 100 mil na União Europeia e com as 11,4 pessoas para a mesma parcela nos Estados Unidos (2014, WRI Brasil – Cidades Sustentáveis). No Brasil? Ainda convivemos com 22 mortes/100 mil pessoas, o que nos coloca no quinto lugar entre os países que mais matam no trânsito.

Então o que espera o governo brasileiro, se temos as soluções experimentadas ao alcance? Sistematizar e aplicar políticas de redução de velocidades. Simples assim, para que possamos os brasileiros caminhar com dignidade, devagar e sempre!



Antenor Pinheiro
Jornalista, membro da Comissão Executiva da Associação Nacional de Transportes Públicos / ANTP Regional Centro-Oeste

MOMENTO É DE ALERTA E MOBILIZAÇÃO CONTRA O ENFRAQUECIMENTO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

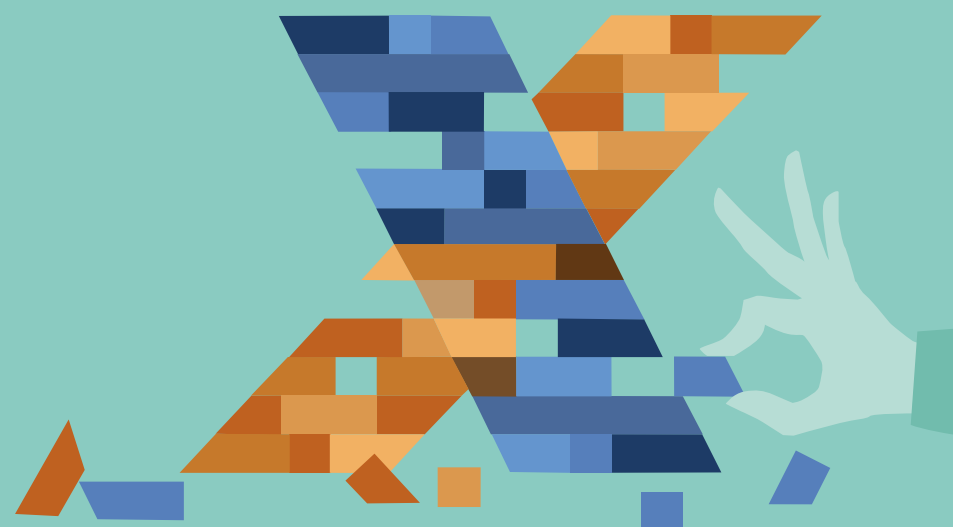
A Caixa Econômica Federal completou 155 anos no último 12 de janeiro. O banco, criado em 1861 para receber depósitos de escravos em busca de alforria, pequenos comerciantes e brasileiros mais humildes, faz parte do dia a dia do país. E, sobretudo nos últimos dez anos, tem sido protagonista na execução de políticas públicas que foram responsáveis por dar um novo impulso ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para citar apenas dois exemplos de atuação, a Caixa é responsável pelo pagamento do Bolsa Família a milhões de pessoas, programa de transferência de renda que foi essencial para que o país saísse do Mapa da Fome da ONU, e pelo Minha Casa Minha Vida, que tornou possível concretizar o sonho da casa própria. Aliás, os investimentos em habitação são um grande diferencial em relação às outras instituições financeiras. O acumulado de 2015 até setembro totalizou R\$ 375,7 bilhões.

O atual momento, porém, não é de comemoração. Mas, sim, de alerta e de reivindicação por novas posturas em relação à Caixa. As ameaças ao banco e ao seu histórico papel social, adormecidas desde o final da década de 1990, estão

novamente à espreita. Naquela época, empregados e entidades como a Fenae impediram a privatização da empresa. No ano passado, mais uma vez, fizeram o governo recuar da proposta de abertura de capital da Caixa. É hora de lutar novamente!

Agora, um dos vilões é o PLS 555/2015, que representa um risco não apenas à manutenção da Caixa 100% pública, mas a outras estatais federais (como BNDES, Correios e Eletrobras), estaduais e municipais. O projeto está na pauta do Senado Federal e só não foi votado em 2015 graças à pressão feita por trabalhadores, centrais sindicais, confederações,



155 Anos da CAIXA

Não ao enfraquecimento do banco!
O Brasil precisa da CAIXA 100% pública, forte e social



federações, sindicatos e associações. É fundamental que essa estratégia seja intensificada. As empresas públicas são patrimônio dos brasileiros e não podem ser entregues a quem visa apenas o lucro.

Mas não basta lutar por um banco 100% público. É urgente que a Caixa seja novamente forte. Esse fortalecimento passa,

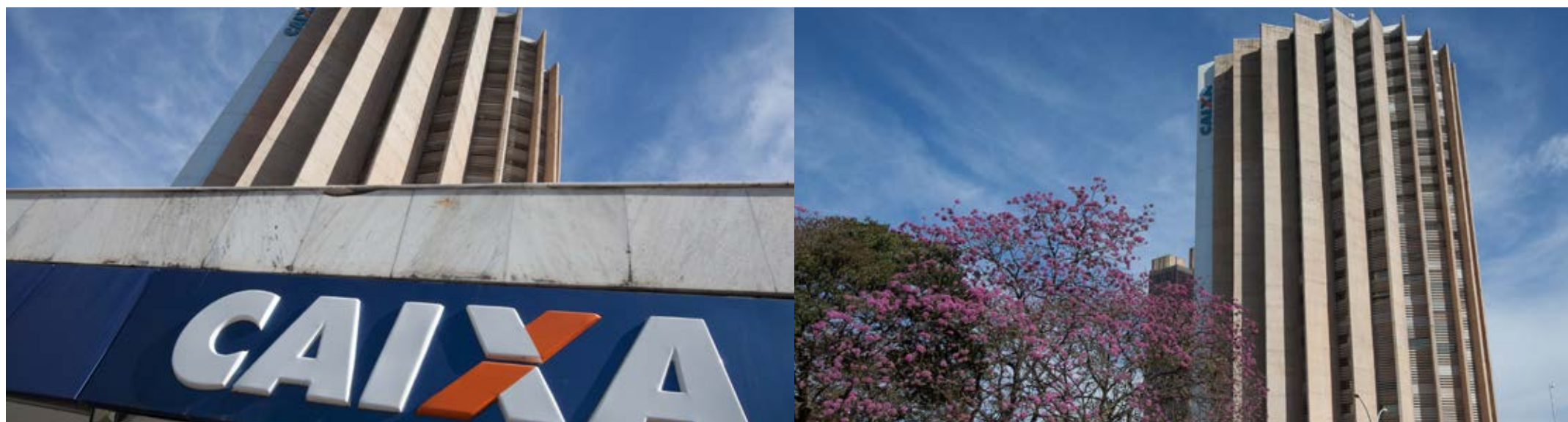
necessariamente, pelo incremento do quadro funcional. O banco chegou a ter 101 mil empregados, mas hoje são menos de 98 mil, já que cerca de 3 mil saíram no ano passado por meio do Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA). Apesar de haver mais de 30 mil aprovados em concurso, a direção da empresa insiste em não convocá-los. Perdem os atuais empregados, que sofrem com a sobrecarga nas agências. Perdem os concursados, que convivem diariamente com a frustração. E perdem os brasileiros, que já não têm na Caixa uma referência de banco público e social.

Falta transparência na gestão. O diálogo com os trabalhadores, retomado em um passa-

do bastante recente, praticamente não existe mais. O desrespeito nas negociações com as entidades representativas mostra bem essa realidade. Assim como o descumprimento de cláusulas dos Acordos Coletivos de Trabalho, que são resultado de um processo democrático de discussão com a categoria em seminários e congressos estaduais e nacionais, como o Conecef. Destaque ainda para a execução de planos de reestruturação sem qualquer debate. Já o Processo de Seleção Interna por Competência (PSIC), alvo de várias denúncias de irregularidades e reclamações, caminha para o descrédito.

Mesmo com tantas ameaças, os empregados da Caixa resistem bravamente, todos os dias. Mais do que isso, assumem na raça a responsabilidade de manter o protagonismo da empresa. E com muito orgulho de trabalhar em uma instituição que precisa ser "mais que um banco", e não apenas em slogan comercial. Por isso, os empregados é que merecem os parabéns. São homens e mulheres que dedicam boa parte de suas vidas à construção de um país mais justo e democrático, ajudando a concretizar projetos e sonhos de milhões de pessoas em todas as regiões do Brasil.

Afinal, a quem interessa o enfraquecimento da Caixa Econômica Federal? Não aos brasileiros, claro. Seria essa uma parte do projeto para esvaziar o banco e, assim, justificar a abertura de capital ou até mesmo a privatização? Talvez. O mais importante é que não se pode ceder um milímetro sequer. O país precisa de uma Caixa 100% pública, forte, social e com empregados valorizados. Essa é uma luta de todos. Em favor de todos os brasileiros.



Diretoria da Fenae
Federação Nacional das Associações do Pessoal
da Caixa Econômica Federal



PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA

Eduardo Pereira



Você sabia? Viajar no tempo é possível! E, viajando no tempo, também é possível encontrar maravilhas de insuperável valor histórico. Começar por onde? Um bom ponto de partida é visitar o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, uma unidade de conservação arqueológica declarada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

Com uma área de cerca de 129.140 hectares e um perímetro de 214 quilômetros, além de formações rochosas incríveis, o Parque contém a maior quantidade de pinturas rupestres no mundo.

São 173 sítios arqueológicos abertos à visitação. Ali podem ser vistos de perto desenhos dos habitantes pré-históricos retratando as cenas mais variadas da vida ancestral como a caça, o sexo, o parto e a dança.

Os vestígios humanos no Parque também são os mais antigos registros na América, datando de mais de 50 mil anos. Além do acervo espalhado pelo Parque, grandes peças líticas, cerâmicas, esqueletos e artefatos diversos podem ser observados no Museu do Homem Americano, parte essencial do registro histórico do Parque.

No local, a vegetação predominante é a Caatinga, com uma fauna diversificada, onde abundam tatus, jacus, veados-catingueiros, macacos-prego, tamanduas, jaguatiricas e algumas onças, como também uma variação grande de aves, lagartos e serpentes.

Outro passeio fascinante é a visita ao Boqueirão de Pedra Furada, onde os grandes paredões rochosos, iluminados à noite, tornam-se um dos grandes espetáculos da natureza. Entretanto, o Centro de Visitantes do Parque requer o pré-agendamento das visitas noturnas.



Eduardo Pereira
Produtor Cultural
@weiss_guru

COMO CHEGAR

Pode-se ir de ônibus ou carro para os municípios próximos ao Parque, São Raimundo Nonato ou Coronel Dias (cerca de 20 km). Os aeroportos mais próximos são os de Petrolina, em Pernambuco (300 km), e Teresina, no Piauí (530 km).

ONDE FICAR

O Parque não dispõe de áreas de pernoite! Há variadas opções de hospedagem nos municípios de São Raimundo Nonato e Coronel José Dias.

O QUE LEVAR

- Água potável
- Lanches
- Protetor solar

NÃO ESQUEÇA!

Preserve o Parque para as futuras gerações. Não dê comida aos animais e não toque nas pinturas! Tirar, só fotos, e deixar, só pegadas!

CONTATO

Telefone/fax (89) 3582-2085



MOVIMENTO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS ESTADUAIS GANHA FORÇA

Estudantes de escola ocupada fazem cadeiraço contra as OSSs na Educação

Em Goiás, o movimento contra a privatização do ensino público se fortalece com a participação dos estudantes que, em protesto contra a decisão do Governo Estadual de privatizar as escolas, por meio das Organizações Sociais (OSs), estão ocupando, desde o início de dezembro, 25 Unidades Educacionais geridas pelo Estado, em Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás e São Luís de Montes Belos.

Gabriel Bernardes (Tatico), dirigente da União Goiana de Estudantes Secundaristas (Uges) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) explica as razões do posicionamento estudantil: "O nosso movimento é contra esse modelo de gestão [via OSs], que está sendo imposto de cima pra baixo. Os estudantes goianos não aceitam mais que as coisas da educação sejam tratadas sem diálogo. Para implantar um novo modelo de educação tem que conversar".

A ação dos estudantes recebeu moções de apoio de várias instituições, incluindo a Faculdade de Letras da UFG,

Faculdade de Educação da UFG, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFG), Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG), Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR), o Sintego.

As moções deixam claro "que o Governo do Estado contribui assim (com a privatização) para transformar em mercadoria um direito social inalienável e compromete o exercício da cidadania".

GOVERNO DE GOIÁS NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA

Por definição, as Organizações Sociais são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que podem ser qualificadas para prestar serviços de apoio a instituições do poder público ante a eventual incapacidade do Estado de cumprir sua função social de proteger e garantir os direitos constitucionais de suas populações.

Fomentadas com entusiasmo nos anos 90 pela Cooperação Internacional, a adoção das OSs provou-se ineficaz para países que as adotaram como política institucional,

como o Brasil, o Chile, os Estados Unidos, onde estudos mostram que as OSs, conhecidas como "Charter Schools", não apontam vantagem clara de desempenho em comparação com as escolas públicas tradicionais.

No caso brasileiro, onde as OSs são regulamentadas pela Lei nº 9.637, de maio de 1998, com resultados pouco animadores na área da Saúde, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que o país interrompa esse tipo de política, bem como a prática de militarização das escolas, considerando-a prejudicial ao direito à Educação das crianças e adolescentes.

O Ministério da Educação, através do secretário-executivo, Luiz Cláudio Costa, deixou claro o posicionamento do órgão em relação à privatização do ensino: "o Ministério da Educação apoia as Organizações Sociais em alguns casos como da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), mas reitera o fortalecimento da escola pública, do modelo da escola pública que é, com as dificuldades e os desafios que tem".

Foto: Marcus Vinicius

(...) "O Ministério da Educação, através do ministro Aloizio Mercadante, irá trabalhar sempre em defesa da Escola Pública".

De acordo com dados do Governo, as OSs vão receber recursos públicos para a administração das escolas, incluindo recursos para a compra de materiais e manutenção predial, a contratação de docentes e o monitoramento das metas de aprendizagem da comunidade de estudantes.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONTESTA DECISÃO DO ESTADO

Em 08 de dezembro de 2015, o Fórum Estadual de Educação, com o apoio do Sintego, realizou a Audiência Pública "As OSs (Organizações Sociais) em Debate" no Auditório Costa Lima, da Assembleia Legislativa de Goiás. Convidada a participar, a secretária Raquele Teixeira não compareceu e não enviou representante.

Durante a Audiência, o professor e pós-doutor Luiz Carlos de Freitas, diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, foi enfático ao afirmar que a educação pública em Goiás vai muito bem, e que o governo utiliza dados desconectados para justificar a privatização do ensino.

Freitas reforça sua tese argumentando: "No caso do ensino fundamental, Goiás bate todos os demais estados parceiros da região Centro Oeste (bate também o próprio estado de São Paulo), em porcentagens de alunos proficientes em português e matemática, (...) além de estar acima da média brasileira. Nos anos iniciais, Goiás quase atingiu a meta do IDEB para 2021. Nos anos finais, já atingiu a meta de 2015, em 2013. E possui, no ensino médio, o melhor índice do Brasil, tendo atingido a meta



Audiência para discutir a privatização das escolas estaduais lotou auditório da Assembleia Legislativa de Goiás

de 2015 em 2013. Para quem acredita em Ideb então não existe razão para privatizar as escolas públicas de Goiás".

O professor apresentou também uma pesquisa do Center for Research on Education Outcomes, ligado à Universidade de Stanford, na Califórnia, Estados Unidos, que mostra o resultado do desempenho dos alunos matriculados nas escolas americanas com a gestão privada, as Charters Schools, fonte de inspiração para o projeto goiano.

De acordo com o levantamento, realizado em 2013, em 26 estados americanos, os alunos das escolas privatizadas eram 29% melhores em matemática que os matriculados nas unidades públicas; o desempenho de 36% não era diferente; e que para 31% o desempenho era inferior. No quesito leitura, o resultado não foi muito diferente.

A pesquisa mostrou ainda que os alunos com melhores desempenhos tinham mais atenção da escola para a aprendizagem e desenvolvimento, em detrimento dos mais atrasados. "A estratégia das Charters não deu resultados esperados nos EUA e, pior ainda, produziu efeitos colaterais indesejados", resume o professor Luiz Freitas.

Para a presidenta do Sintego,

Bia Lima, a privatização do ensino público não é o caminho e Goiás não pode ir na contramão do fluxo mundial. "O governo de Goiás, ao instituir as OSs, se equivoca, pois outros países já estão fazendo o caminho inverso. Não deu certo. Agora, se não deu certo lá, para que importar medidas que não foram viabilizadas, nem nos Estados Unidos?"

Bia ressalta a falta de transparência nas discussões para a privatização das escolas e reforça que o Sintego nunca foi procurado para discutir e nem colaborar, numa clara evidência de que a questão é ideológica, fundada na determinação de acabar com a carreira do magistério público. "Nós nos contrapomos a essa iniciativa, porque entendemos que é objetivo do governo destruir a carreira do magistério, impedir a reconstituição dos quadros por concurso público e com a estabilidade no emprego. Esse é o principal propósito", diz Bia.

OS POTES DE MEL

Altair Sales Barbosa

Tem-se registro de que as primeiras abelhas de origem europeia conhecidas como *Apis mellifera* foram introduzidas no Brasil em 1840 pelo Padre Antonio Carneiro. Nos anos que se seguiram, entre 1870 e 1880, imigrantes alemães e italianos introduziram, no sul do Brasil e na Bahia, duas variedades dessa espécie, conhecida como *Apis mellifera mellifera*, abelha preta alemã, e *Apis mellifera ligustica*, abelha italiana.

Aos poucos alguns agricultores e pecuaristas começaram a levar colmeias dessas abelhas para certas áreas interioranas. Também é de se supor que, embora essas abelhas não tenham grande autonomia de voo, nem muita agressividade, é possível que migrações lentas, consecuti-

tivas e espontâneas tenham sido também responsáveis pela sua interiorização.

A segunda leva de abelhas exóticas foi introduzida no Brasil, em 1956, para fins científicos pelo professor e pesquisador Warwick Kerr. Este pesquisador lecionava em Rio Claro, estado de São Paulo. Trata-se da espécie *Apis mellifera africana*. Após um acidente no apiário dessa escola, algumas colmeias escaparam.

Por possuírem uma grande autonomia de voo e um grande índice de agressividade, essas abelhas atacaram as colmeias das europeias e cruzaram com elas. Como são da mesma espécie, não houve problemas de hibridismo o cruzamento. Atualmente há quem afirme que não existem

mais colmeias puras de europeias no Brasil, isto é, que todas são africanizadas.

Em meados de 1950, a apicultura brasileira sofreu grande perda em função do aparecimento de algumas doenças. Foi então que o professor Kerr, com autorização do Ministério da Agricultura, dirigiu-se à África com o objetivo de selecionar rainhas de colmeias africanas resistentes às doenças que afetaram as abelhas criadas no Brasil.

Esses dois grupos de abelhas exóticas pertencem ao gênero *Apis*, que significa ferrão. Elas possuem um ferrão ao final do corpo, onde armazenam substâncias extremamente doloridas, cujas picadas, em alguns casos, provocam a morte tanto de seres humanos como de ani-

mais silvestres.

As abelhas do gênero *Apis* são insetos sociais e depositam seu mel em favos sextavados. Diferentemente das abelhas exóticas, as abelhas nativas não tem ferrão, por isso são caracterizadas como Meliponidae e engloba vários gêneros e espécies com comportamentos diferenciados.

Com raríssimas exceções, a maior parte é dócil e não causa transtorno aos que se aproximam de seus ninhos. São também insetos sociáveis, e algumas espécies são excelentes melíferas, produzindo um mel de alta qualidade.

Entretanto, essas abelhas, que também são responsáveis pela polinização de grande parte das plantas nativas, não depositam seu mel em favos, e sim em potes, que são ordenados no interior do ninho em forma de prateleiras. O mel de algumas dessas espécies enriquecia com açúcar e outros nutrientes a dieta cotidiana dos peregrinos do alvorecer.

Nas escavações arqueológicas de alguns sítios, constantemente, encontram-se as evidências da utilização desse recurso, tais como pedaços de ninhos e cera. As colmeias se encontram nos troncos das árvores, nas fendas das rochas, e algumas são subterrâneas.

Esses animais fornecem mel e cera. A cera tem uma larga utilização. Serve, por exemplo, para soldar vasilhames, encabar ferramentas, enrijecer fios etc. E o mel é utilizado como alimento puro ou outros elementos.



Altair Sales Barbosa

Pesquisador do CNPq
Doutor em Antropologia e
Arqueologia pela
Smithsonian de Washington DC
In O piar da Juriti Pepena. PUC
Goias, 2014.

Se você tem imóvel em Anápolis,
FAÇA A SUA PARTE!
 Limpe o seu lote ou quintal.

「 TODOS JUNTOS
 CONTRA A DENGUE 」



Disque
COMBATE A DENGUE

156 ou  **WhatsApp**
8551-8185



Feijoada - Coisa nossa!

Lúcia Resende

Ingredientes

800 gramas de pé, orelha, rabo e pele de porco
 200 gramas de carne bem seca
 200 gramas de paio defumado
 200 gramas de costelinha de porco defumada
 100 gramas de linguiça de porco
 500 gramas de feijão preto
 3 cabeças de cebola
 3 dentes de alho
 2 folhas de louro
 Coentro e cebolinha a gosto
 Pimenta malagueta a gosto

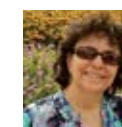
Modo de fazer

Cortar as carnes, dessalgar, lavar em água fervente. Cortar o paio e a linguiça, reservar. Refogar ligeiramente as carnes, acrescentar o feijão, água o suficiente para cozinhar e as folhas de louro. Levar ao fogo e, quando estiver quase cozido, acrescentar o paio e a linguiça. Enquanto termina o cozimento, em uma panela de barro ou ferro, de preferência, fritar o alho amassado em uma colher de óleo até dourar. Acrescentar a cebola cortada em quadradinhos pequenos e deixar refogar até vitrificar. Em seguida, despejar o feijão já cozido, corrigir o sal e deixar ferver por alguns minutos, até engrossar o caldo. Depois de pronta a feijoada, preparar o molho, salpicar coentro e cebolinha e servir acompanhada de arroz branco, couve levemente refogada, farofa e laranja.

Molho

Amassar as malaguetas, juntar coentro e cebolinha e cobrir bem com caldo do feijão.

Bom apetite!



Lúcia Resende
 Professora.

 @mluciares

DICA: SANTA, ILUMINADA OU BRUXA

Baluarte no empoderamento da mulher na política e precursora do feminismo em Goiás.

Iêda Vilas-Bôas

À mulher sempre foi destinado um papel social com valores visivelmente inferiores aos papéis desempenhados pelo homem. Temos alguns relativos avanços, embora sejamos, ainda, portadoras de uma ba-

derada morta, pois não possuía os sinais vitais.

Durante a preparação do corpo para apresentação ao velório, familiares perceberam que Dica suava frio. Por receio de que fosse enterrada

região como isca de fogo em tempo de seca. Para os nativos, suas curas, profecias e milagres eram mesmo obra de Santa. Não tardaram a chegar fervorosos romeiros, gente roceira humilde, doentes desengana-



gagem construída à sombra do machismo e do patriarcalismo.

Sob essa égide, destaca-se a mítica figura de Santa Dica, mulher de vanguarda, a serviço do messianismo¹ e do povo humilde de Goiás no início do século XX.

Benedicta Cypriano Gomes, a Dica, nasceu em 17 de janeiro de 1903 na Fazenda Mozondó, a 40 km de Pirenópolis. Por volta dos 7 anos de idade, caiu gravemente enferma, chegando a ser consi-

viva, o velório foi alongado, e o enterro suspenso. Muito choro contínuo e, após três longos e penosos dias, Dica ressurgiu da morte.

Desperta do torpor mortal, a menina tornou-se possuidora de sabedorias secretas e de intimidades com o outro lado da vida, transformando-se em curandeira e, posteriormente, em profetisa. Seus feitos tinham a força de verdadeiros milagres.

A notícia correu pelos confins goianos e se espalhou pela

dos, em busca das graças de Santa Dica.

De seus milagres à atuação política foi consequência natural. A mocinha Dica se indignava com a vida sofrida dos que estavam perto dela e, num ato de extrema lucidez política, comandou uma legião de oprimidos pelo sistema de governo, na tentativa de livrar seu povo que era massacrado, escravizado e sujeito às vontades oligárquicas das famílias endinheiradas patriarcais.

Seu chamado à luta deu-se pelas palavras da fé. Essa foi sua rebelião ao sistema. Santa Dica era acompanhada com fidelidade e devoção. Os sofridos vinham, se acampavam em torno de sua casa e, ali, foi nascendo um povoado.

De forma totalmente igualitária, a iluminada implantou um sistema comunitário de uso da terra e do dinheiro entre seu séquito. Para Dica, a terra era bem doado pelo Criador aos habitantes do planeta. Não conseguia entender cercas e arames farpados a impedir seu povo de desfrutar e cuidar do que era seu, por direito Divino.

Santa Dica possuía posses e não era pobre, mas o desejo de justiça e igualdade social eram temas recorrentes em suas pregações. Sua fazenda foi o primeiro cenário de compartilhamento de recursos, bens, oferendas e colheitas. Assim prosseguia, fazendo curas, milagres, rezando suas orações, ocupando lugar de Conselheira do pequeno povoado e pregando a valorização da mulher, a não violência, a justa distribuição de bens, e cultivando o coletivismo.

Com essas ações religiosas e de caráter político-social chegou a reunir uma legião de 15 mil almas, havendo em suas fileiras cerca de 1,5 mil homens trabalhadores acostumados com o uso das armas para suas atividades diárias de caça. Também estavam reunidos mais de 4 mil eleitores em torno dela. Essa soma foi o bastante para incomodar os coronéis goianos.

A fama de Santa Dica se alastrou, os fiéis se multiplicaram. Não demorou que percebessem que Dica encarnava a reprodução do episódio de Canudos. Perigo certo, nas mãos de uma mulher forte de espírito e de corpo franzino.

Dos latifúndios fugiam os subjugados, ditos “diqueiros”. A imprensa local e do vizinho estado de Minas Gerais, inclusive com atuação do clero, cobrava providências governamentais contra os “fanáticos”.

Dica foi além no empoderamento do feminino e na promoção de igualdade de gêneros e classes. Para reforçar sua liderança popular e política editou um jornal manuscrito: “A Estrela do Jordão Órgão dos Anjos, da Corte de Santa Dica”. A líder criou em suas fileiras várias frentes, inclusive a de alfabetização, para que todos tivessem acesso aos documentos escritos.

E veio a represália. De um lado o exército “pé de palha”, tática usada pela Iluminada para que seus seguidores aprendessem a marchar. De forma que era amarrada uma palha no pé esquerdo do seu soldado para acompanhar o ritmo direito-esquerdo peculiar das tropas.

Entretanto, a força policial militar do governo estadual goiano, em 1925, juntamente com as autoridades civis e militares da cidade de Pirenópolis, envia um destacamento, sitia o povoado e prende Dica. O lugar foi palco de um massacre psicológico, ideológico e de pouca baixa do exército “pé de palha”.

Contam que as balas não feriam Santa Dica. As poucas que lhe chegavam enrolavam em seus cabelos e encontravam seu corpo fechado. Neste episódio, Dica foi presa, puxada pelos cabelos, ao tentar atravessar o Rio do Peixe.

Reza a lenda que, no momento da peleja, Santa Dica amarrou uma sucurela no poço que havia no fundo de sua casa, impedindo que os soldados do governo atravessassem o rio. Por crendice, ainda hoje, ninguém se aventura a nadar no local com medo da sucurela da Santa Dica.

Com provas inconsistentes e pressionado pela população, o governo liberou Dica, após seis meses de prisão. Daí ela tomou gosto pelo embate e ingressou na política. Exercia um poder extremo junto aos seus seguidores que votavam no candidato indicado por ela.

Pela formação de seu exército “pé de palha – pé sem palha”, por suas estratégias de combate e liderança, foi patenteadada com a insígnia de Cabo do Exército Brasileiro.

Seu exército participou da Revolução Constitucionalista de 1932 com 150 homens, em São Paulo. O pelotão “pé de palha” regressou sem nenhuma baixa. Mais um milagre atribuído à Santa. Conta-se que as balas destinadas aos seus soldados caíam no chão transformadas em caroços de milho.

Dica casou-se em 1928 com Mario Mendes, um jornalista carioca que mais tarde tornou-se prefeito de Pirenópolis. Tiveram cinco filhos e adotaram mais dois. Morreu em 9 de novembro de 1970, em Goiânia, sendo sepultada, de acordo com seu desejo, debaixo da frondosa gameleira da sua casa em Lagolândia.

Foi velada por sua legião por três dias, em ato de profundo amor e devoção à linda moça da Fazenda Mozondó que foi guerreira e santa. Pilar na valorização dos direitos humanos em Goiás, na representação do feminismo e no empoderamento da mulher.



Iêda Vilas-Boas
Escritora

Referência bibliográfica:
Vasconcellos, Lauro. Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

¹ Movimento Social de cunho religioso, liderados por um Messias ou redentor que intermediará entre céu e terra a pacificação dos conflitos ideológicos do grupo e fortalecerá os fiéis para o enfrentamento da classe dominante.



Professores Fernando César e Adelmo de Jesus: cidadania para alunos especiais

“Um Meio Muito Especial” no CEE 01 do Gama

Não à toa, no muro do Centro de Ensino Especial (CEE) nº 1 do Gama está inscrita, bem grande, uma frase célebre do líder Mahatma Gandhi: “Seja a mudança que você quer ver no mundo”.

Na escola estudam cerca de 500 alunos portadores das mais diversas necessidades especiais, em regime integral – manhã e tarde. As idades variam de zero a 52 anos.

Lá, há 15 anos, existe um programa de educação ambiental intitulado “Um Meio Muito Especial”, o qual tem se mostrado um agente de transformação da realidade.

O professor Fernando César Ferreira do Couto explicou que o programa abrange a horta escolar e a coleta seletiva (papelão, garrafas pet, material plástico – chamado mangaba –, metal, latas de alumínio, entre outros), garantindo a sustentabilidade

financeira do programa. Segundo o professor, princípios como valorização do ambiente, conscientização para o valor desses produtos, organização e persistência para aprender são muito trabalhados. “Eles têm a noção de que isso é revertido para eles mesmos e que vai fazer a diferença mais à frente”, disse.

“Com o programa, a gente percebe um ganho incrível dos alunos em cooperação. Esse trabalho precisa ser cooperativo, um precisa ajudar ao outro. Sem isso, não há como funcionar. Isso se reflete na capacidade que eles têm de trabalhar em grupo. E é difícil trabalhar em grupo, até para as pessoas ditas ‘normais’”, atestou Fernando, que recebe o reforço do professor Hélio Luís Clementino pela manhã, além dos docentes Washington, Hélia e Sebastião à tarde.



Fotos : Deva Garcia



O programa não afeta apenas os estudantes. De acordo com Fernando, “na nossa comunidade, que é a doadora dos materiais, nós percebemos que o trabalho da escola educou essa vizinhança para a intenção do governo em realizar a coleta seletiva. Esse trabalho ultrapassou os muros da escola”.

Estas iniciativas, conjugadas, permitem aos estudantes chegar a um grau de desenvolvimento que traz qualificação para se integrarem tranquilamente ao mercado de trabalho, apesar das limitações. “Para isso temos o Serviço de Orientação ao Trabalho, o SOT, aqui na escola. Já encaminhamos vários estudantes para grandes empresas, com excelência – pessoas críticas e com iniciativa própria. Eles têm carteira assinada, direitos

assegurados e tudo mais. Isso é inserção na sociedade, independência, socialização, respeito, enfim, cidadania”, explicou.

Além disso, todo ano o CEE 01 do Gama realiza uma caminhada ecológica para conscientizar a comunidade. “Pegamos os alunos, utilizando carro de som, e damos uma rodada pelo centro da cidade, conscientizando e divulgando o programa, chamando a comunidade à participação via doação de materiais”, enfatizou o diretor da escola, Adelmo de Jesus de Albuquerque.

Hoje, o programa integra também um viveiro para a produção de mudas medicinais e ornamentais e um minhocário.

Para quem quiser saber mais, basta entrar em contato com o pessoal do CEE 01 do Gama pelo e-mail cee01.cregama@gmail.com com ou pelo fone (61) 3901-8129.

NASR CHAUL

DOCTOR DA CULTURA



Foto: O Popular

Jaime Sautchuk

Tudo começou, por certo, com as andanças do pai, descendente de libaneses radicados em Morrinhos, nos sertões de Goiás. Ele, o pai, foi promotor de Justiça não muito longe dali, em Catalão, onde nasceu o filho Nasr Nagib Fayad Chaul, em maio de 1957. Mas ele, o pai, foi juiz de Direito em outras quatro cidades goianas. Além de Catalão, Hidrolândia, Cristalina, Corumbá e Rio Verde, o que deve ter despertado no menino o gosto pela cultura da diversidade e pela História da Humanidade.

Sorriso sempre aberto, jeito afável, ele faz igual figura nas múltiplas atividades a que se dedica. Na universidade, como professor, no governo, como gestor, nos festivais, como compositor, ou nas rodas populares, como agitador cultural. Ah, sim, e também nas livrarias e bibliotecas, onde suas pesquisas, como historiador que

mistura causos e casos com sabedoria, tratam de encaminhar as futuras gerações.

Em verdade, Nasr Chaul cursou Direito em Goiânia, meio que seguindo a carreira do pai. Mas logo pegou gosto pelo ensino, área de sua mãe, normalista de formação. Assim, voltou ao começo e fez graduação e mestrado em História, na Universidade Federal de Goiás. Depois, doutorado na USP. Em seguida, fincou pé na capital goiana, como professor da UFG, de onde alçou outros voos.

Sua carreira acadêmica evoluiu rapidamente, logo nos primeiros anos, com resultados práticos especialmente na pesquisa histórica, bastante focada na formação de Goiás, embora ele fosse professor de História do Brasil. Mas, também, por imprimir um modo de ensino inovador, participativo. O trabalho coletivo, envolvendo outros professores e os alu-

nos, sempre foram sua marca. A figura do mestre que sabe tudo nunca foi com ele, segundo contam muitos de seus ex-pupilos.

Essa característica o acompanhou quando ele decidiu levar a academia pra dentro da administração pública. Foi em 1998, quando a vitória de um jovem governador representava um corte modernizante na política goiana. Seis anos mais novo que Chaul, o recém-eleito Marconi Perillo, com ares de reverência, o chamou pra cuidar da área cultural no governo do Estado.

De pronto, ele disse que aceitava, mas desde que tivesse dinheiro pra trabalhar, liberdade pra formular políticas e pra nomear sua equipe, que ele traria do campus universitário, em boa parte. Condições aceitas, ali começava sua carreira de gestor, que perdura até hoje, pois é o secretário de Cultura de Goiás.

Lá atrás, porém, logo nas primeiras ações ele pôde comprovar que o acordo era pra valer. Ao assumir, em janeiro de 1999, ele já tinha em mãos, por exemplo, o projeto do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que se tornou um evento de repercussão mundial. Era uma proposta ousada e cara, diante dos padrões tradicionais. Mas ele bancou, e o chefe do Executivo endossou.

A partir daí, registra-se um permanente avanço nas atividades culturais do Estado, sem privilegiar elites ou correntes, muito pelo contrário. As diversas formas de manifestação cultural, nas cidades e nos mais remotos sertões, passaram a ter apoio. Ritmos, danças e festas populares, teatro, cinema, música, toda goianidade, enfim, passou a ter mais chances de sobreviver e aparecer.

Nisso, contaram bastante as pesquisas acadêmicas, mas também a própria experiência infanto-juvenil em cidades do interior. Naqueles tempos, Goiás passava por transformações substantivas. A própria capital, Goiânia, era uma cidade jovem, moderna, planejada, e outra capital, Brasília, surgia da ousadia de JK, com apoio dos nativos da região.

Também no interior, cidades de regiões diferentes que carregavam muita história, mas passavam por mudanças. Dois exemplos: Cristalina, no Planalto Central, ainda sentia os efeitos do garimpo de cristal de quartzo e outras pedras, cujo surto se dera na primeira metade do século. Mas começava a migrar da pecuária bovina pra agricultura extensiva, atraindo gente de outros Brasis. Rio Verde, mais ao Sul, se pre-

parava pra sediar o início do boom da soja tropical, que se deu com financiamento japonês a partir dos anos 1970. Era a economia promovendo mudanças culturais.

Durante toda sua trajetória, Chaul sempre dividiu seu conhecimento. Seja com leitores de seus artigos em publicações acadêmicas, uma coluna semanal em jornal de grande circulação em Goiás ou nos nove livros que já publicou – o 10º está a caminho. São livros sobre temática histórica, mas sempre com forte viés na Cultura.

Também nisso, boa parte de sua obra é em parceria com outros autores, entre os quais os historiadores Luis Palacin e Paulo Bertran. Com este, ele escreveu o já clássico “Goiás: 1722/2002”, uma cuidadosa cronologia da ocupação daquele território desde os tempos coloniais, peça indispensável em bibliotecas, universidades e na rede escolar em geral.

De igual modo, ele dedica bom tempo à música, como letrista, e tem mais de 200 composições gravadas por

artistas diversos. Também dispensa carinho especial ao patrimônio histórico. Foi já nos primeiros anos de sua gestão na área cultural do Estado, por exemplo, que a Cidade de Goiás (Goiás Velho), antiga capital, criada por Anhangüera II em 1726, ganhou o status de Patrimônio da Humanidade, conferido pela Unesco.

Nasr Chaul é casado pela segunda vez, com a biomédica e advogada Jacirene Aires. Do primeiro casamento, tem dois filhos: um jornalista, já casado; outro, mais novo, cursa Educação Física e mora com a dupla. O lar abriga também um casal de filhos da companheira, ambos formados em Direito.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

Foto: pirenopolis.go.gov.br



PROBLEMAS E RISCOS DA ECONOMIA VERDE



Leonardo Boff

A economia verde não equaliza duas grandes questões e nos coloca diante de um altíssimo risco. Ela não resolve a questão da desigualdade. A igualdade não é compatível com a manutenção do nível de consumo dos mais ricos. Um americano consome em média seis vezes mais que um indiano. A igualdade exige a imposição de limites, negados pelo atual sistema, que busca a acumulação e consumo ilimitados.

A pegada ecológica da Terra não aguenta mais. Se quiséssemos universalizar o nível de consumo dos países ricos, precisaríamos de três Terras iguais a esta. Encostamos já nos limites da Terra. Forçá-los faz com que ela reaja sob a forma de tufões, secas, enchentes, tsunamis e eventos extremos. Impõe-se uma redução do consumo e caminhar para uma sociedade compartilhada.

A "economia verde" pode representar também a perversa voracidade humana, especialmente das grandes corpo-

rações, de fazer negócios com o que há de mais sagrado na natureza, que são os bens comuns da Terra e da humanidade, cuja propriedade deve ser coletiva.

Entre eles se contam: a água, os aquíferos, os rios e os oceanos, a atmosfera, as sementes, os solos, as terras comunais, os parques naturais, as paisagens, as línguas, a ciência, a informação genética, os meios de comunicação, a internet, a saúde e a educação, entre outros. Como estão intimamente ligados à vida, não podem ser transformados em mercadoria pura e simples, e entrarem no circuito de compra e venda. A vida é sagrada e intocável.

Pôr preço nos bens e serviços que a natureza nos dá gratuitamente, privatizando-os com intenção de lucro, é a suprema insensatez de uma sociedade de mercado. Ela já havia operado a perversidade de passar de uma economia de mercado para uma sociedade de mercado.

Assim, por exemplo, procura-se ganhar não somente com a madeira da Amazônia, mas também vendendo sua capacidade de criar biodiversidade e umidade. Não se quer ganhar negociando apenas o mel da abelha, mas se quer lucrar com sua capacidade de polinização. Como tudo é feito "commodities" para o mercado, assim também os bens e serviços naturais são transformados em commodities. Esse tipo de economia verde é inaceitável.

Se essa tendência da "economia verde" triunfar, significará o último grande assalto dos humanos vorazes e biocidas sobre a natureza e a Terra. O caminho ao abismo seria irreversível. Então nem teremos filhos e netos para chorar o nosso trágico destino, porque eles também não existirão.



Leonardo Boff
Filósofo, Teólogo, Escritor
leonardoboff.com
Excerto do livro Saber Cuidar,
18ª Edição, Editora Vozes, 2014



MINHA CAPITAL



SIGA o MAIOR



Instagram

SOBRE BRASÍLIA:



@MinhaCapital



**Aproveite suas férias.
Deixe sua casa sob nossos cuidados.**

TASS

61 3033 3333